



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**“NEGÃO” E “PARAÍBA”: A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO E
REFORÇO DE CARICATURAS ESTEREOTIPADAS DE
NEGROS E NORDESTINOS**

ARTHUR REZENDE SAMPAIO GOMES

RIO DE JANEIRO

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**“NEGÃO” E “PARAÍBA”: A MÍDIA NA CONSTRUÇÃO E
REFORÇO DE CARICATURAS ESTEREOTIPADAS DE
NEGROS E NORDESTINOS**

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

ARTHUR REZENDE SAMPAIO GOMES

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

RIO DE JANEIRO
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **“Negão” e “Paraíba”: a mídia na construção e reforço de caricaturas estereotipadas de negros e nordestinos**, elaborada por Arthur Rezende Sampaio Gomes.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Doutor em Filosofia - Université de Nice
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

GOMES, Arthur.

“Negão e “Paraíba”: A mídia na construção e reforço de caricaturas estereotipadas de negros e nordestinos. Rio de Janeiro, 2015.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais, Norma e Nilton. Agradeço a ambos por todo amor a mim direcionado e por todas as possibilidades que me proporcionaram na vida. Espero corresponder e ser motivo de orgulho para vocês.

A toda minha família. Agradeço pelo apoio e pela preocupação durante meu desenvolvimento acadêmico, além da felicidade de todos quando ingressei na universidade.

À Raquel. Agradeço por ter tido a oportunidade de cursar todas as disciplinas que ela leciona na ECO. Inclusive uma eletiva, no meu quarto período, quando, em mim, despertou uma imensa admiração e, nela, certa implicância. Obrigado por aceitar me orientar, obrigado pela sua sabedoria, cobrança e desconfiança.

À Zilda. Agradeço por sua fundamental ajuda no direcionamento do trabalho. Apesar do nosso contato breve – um encontro e alguns emails trocados –, as sugestões de bibliografia e os esclarecimentos, sobretudo sobre a causa negra, iluminaram meu caminho e me ajudaram na desconstrução dos meus preconceitos.

Ao Oneto, que tenho o prazer de ser aluno desde o primeiro período, quando tinha 17 anos e esbanjava imaturidade. Obrigado por suas aulas, sua filosofia, seu humor cínico, por fazer parte da minha banca e por ser paraninfo da minha turma – teve meu voto!

Ao Muniz, do qual também tive a oportunidade de ser aluno, algo raro atualmente na graduação. Obrigado pela contribuição de sua obra para o trabalho. Suas palavras e sabedoria não só me serviram de bibliografia, mas me agregaram conhecimentos de vida e, com certeza, me melhoraram como ser humano.

À Gabriella. Agradeço por todo amor, apoio e cobrança durante a realização do trabalho. Peço desculpas se me ausentei ou se deixei de te dar a atenção merecida – e que eu gostaria de dar – enquanto lia ou escrevia.

A todos os amigos que fiz na ECO. Não posso deixar de citar meus preferidos de 2010.2: Túlio, João, Dumphreys, Wenzel, Dani, Bia, Carla, Altino, Rapha, Dylon, Chico, André e

Carol. Obrigado por fazerem parte da minha vida, obrigado pela ajuda para passar nas disciplinas, pela companhia no sujinho e pelas aulas de sexta à noite (das 18h às 22h).

À Associação Atlética Acadêmica Cláudio Besserman Vianna, todos seus membros e atletas de todos os esportes. Por poder representar a ECO e a UFRJ. Por ter me proporcionado alguns dos melhores momentos da minha vida acadêmica. E por ter, através da Atlética, feito diversos amigos dos mais variados períodos.

A todo corpo docente da Escola de Comunicação e de toda Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradecimento se estende aos funcionários, técnicos e terceirizados.

Agradeço a todos os negros e nordestinos por me permitirem estudar e analisar suas histórias. Peço desculpas se em algum momento fui preconceituoso durante o trabalho. Não é minha intenção, de modo algum, tirar o protagonismo da comunidade negra e nordestina em suas causas e batalhas. Espero cada vez mais desconstruir meus preconceitos e poder ajudar a desconstruir o de outras pessoas ao meu redor.

GOMES, Arthur. “Negão” e “Paraíba”: a mídia na construção e reforço de caricaturas estereotipadas de negros e nordestinos. Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a forma como o discurso midiático contribui para a construção e consolidação de estereótipos e preconceitos sobre negros e nordestinos. A partir de autores como Gilberto Freyre, Muniz Sodré, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Roberto DaMatta e Jesús Martin-Barbero, buscar-se-á, com base na História e no contexto socioeconômico-cultural brasileiro, as justificativas para a condição em que se encontram as populações negra e nordestina na atual hierarquia social e na rede de relações de poder. Após a contextualização, o foco é no papel desempenhado pelos meios de comunicação no reforço dos estereótipos construídos no decorrer do desenvolvimento da sociedade brasileira. Isto é, de que forma a mídia reproduz imagens cristalizadas e estruturadas no imaginário social e como ela contribui para a perpetuação destes valores e das relações de poder que se beneficiam destes preconceitos.

Palavras-chave: estereótipo, preconceito, nordestinos, negros, mídia

Sumário

1. Introdução
2. Contexto socioeconômico do Brasil
 - 2.1 Herança escravocrata e racismo
 - 2.2 Campanha abolicionista e suas consequências
 - 2.3 Distribuição de renda e preconceito regional
3. A mídia na consolidação e reforço dos conceitos vigentes
 - 3.1 Representação dos negros
 - 3.2 Representação dos nordestinos
4. Conclusão
5. Bibliografia

1. INTRODUÇÃO

Recentemente, sobretudo após as eleições de 2014, notou-se, principalmente nas redes sociais, uma forte e reducionista polarização entre esquerda e direita. Nesta “nova” divisão ideológica, alguém que, por exemplo, se considere de direita é quase que obrigatoriamente contra cotas raciais, contra o movimento LGBT, contra o movimento feminista e a favor da redução da idade penal. A internet funciona como canal de muitas discussões e debates – nem sempre equilibrados – nos quais este tipo de acusação (“coxinha”, “feminazi”, “reaça” e “esquerda caviar”) são frequentes.

Algumas vezes o embate entre diferentes opiniões em nada contribui para o enriquecimento do debate, visto que a polarização aumenta a distância e os participantes da discussão dificilmente aceitam argumentos contrários. O abismo criado acaba dando espaço para discursos intransigentes e cristalizados, engessados. Contudo, um dos maiores problemas é a brecha criada para que preconceituosos disseminem seus discursos de ódio de forma naturalizada, legitimando-os através da contradição com “o outro lado”.

A naturalização dos discursos reacionários mais radicais esconde alguns preconceitos consolidados dentro da própria esquerda ou no ideal dos simpatizantes das lutas de esquerda.

A proposta deste trabalho é justamente analisar a problemática da naturalização dos preconceitos sobre negros e nordestinos, ou seja, buscar-se-á justificar o surgimento e a consolidação dos estereótipos em torno das populações negra e nordestina no Brasil.

Ao contrário do que se pensa, o racismo e o preconceito contra a origem geográfica não se manifestam apenas nos casos extremos, nos quais se configura crime. Os preconceitos e as opiniões negativas sobre esses grupos estão enraizados no imaginário da sociedade. Assim como o machismo, o preconceito racial e regional são impostos através de um padrão de beleza; de estatísticas – lamentavelmente verdadeiras – sobre população carcerária, renda mensal – estas quando expostas sem contextualização podem alimentar ideais eugenistas e preconceituosos –, analfabetismo etc; de piadas e de senso comum caricaturado, raso, homogeneizador e reducionista.

Os meios de comunicação e as artes, com destaque para a televisão, podem trabalhar como grandes aliados do preconceito. Além do próprio discurso em si, como personagens nordestinos estereotipados em programas de humor, como negros e nordestinos representando populações marginalizadas em novelas, por exemplo, o reforço dos estereótipos e a disseminação dos preconceitos também estão presentes na omissão. Isto é, a

falta de atores negros em peças publicitárias, a homogeneização da cultura e do sotaque nordestino, ignorando-se as particularidades internas da região, são, ao mesmo tempo, causas e sintomas de uma sociedade preconceituosa e “marginalizante”.

As explicações para a situação atual desses grupos e a transformação destes em minorias estão gravadas na História. Tal como todas as características políticas, econômicas e sociais brasileiras, o problema da marginalização de negros e nordestinos pode ser justificado e entendido historicamente. E a condição destas populações na hierarquia social tem muito a ver com estratégias políticas de manutenção do poder e de obtenção de vantagens econômicas. Não é possível dissociar os contextos social, econômico e político, eles caminham de mãos dadas.

A importância da mídia e o papel por ela desempenhado na construção e manutenção dos estereótipos serão precedidos, neste trabalho, pela contextualização histórica que, por vezes, é ignorada ou omitida. Isto é, serão analisados, tentando-se manter uma ordem cronológica, os acontecimentos históricos relevantes para a formação da sociedade brasileira e suas contribuições para que fosse alcançado o cenário atual.

Este será o conteúdo do primeiro capítulo. Com divisão entre a história do negro, passando pela inserção da mão de obra escrava africana e pela abolição da escravidão, e a história do Nordeste, passando principalmente pela contribuição das artes e da indústria da seca, o primeiro capítulo se trata de uma análise historiográfica e buscará os motivos e a gênese da construção dos preconceitos e das ideias, que se encontram no imaginário social, sobre negros e nordestinos.

Na parte sobre a população negra, será usado como base, inicialmente, o livro “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre. A partir dele, será feita a análise sobre a contribuição do escravo negro para a formação da sociedade brasileira. Outra obra que será usada como base será “A Abolição”, de Emilia Viotti da Costa. A partir destas obras e de outras não menos importantes, será desenhado o caminho traçado para a formação das imagens estereotipadas que se tem hoje do negro.

Já em relação ao Nordeste, e principalmente por causa de sua invenção recente se comparada à escravidão africana no Brasil, a análise partirá do livro “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Outras produções, como “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e “Dos Meios às Mediações”, de Jesús Martin-Barbero,

este tem sua importância principalmente no que tange a formação da cultura nacional, ou a eleição da identidade nacional e o papel dos regionalismos.

Após a contextualização histórica e justificados os preconceitos e estereótipos sobre negros e nordestinos, o segundo capítulo terá o foco voltado para a atuação da mídia em relação a esses estereótipos. Os meios de comunicação estariam preocupados em desconstruir os preconceitos ou pelo menos tentariam contextualizar historicamente os personagens de suas matérias – no caso da imprensa –, por exemplo, ou eles apenas reproduzem estereótipos e preconceitos e ajudam seu enraizamento cada vez mais profundo?

Assim como o primeiro, o segundo capítulo será separado em partes. Na primeira, sobre os negros, haverá exemplos de racismo naturalizado e estereótipos repetidos na mídia. Neste capítulo, tal como no anterior, a obra de Muniz Sodré será fundamental para esclarecimentos sobre a comunidade negra e sua representação midiática. “Carnavais, Malandros e Heróis”, de Roberto DaMatta, também será importante nesta parte. Suas conclusões sobre as distinções entre indivíduo e pessoa na sociedade brasileira e o fenômeno do “Você sabe com quem está falando?” serão importantes para se entender a posição do sujeito negro nas relações sociais e nas relações de poder.

Já na parte sobre os nordestinos no segundo capítulo, assim como na anterior, sobre os negros, haverá exemplos de repetição de estereótipos e preconceitos na mídia. Mais uma vez Durval Muniz estará presente por sua notável produção sobre o Nordeste. O historiador paraibano, desta vez, será citado pelo livro “Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar”. Outras obras servirão de suporte para explicar o papel das artes, mas principalmente da literatura, na construção das imagens cristalizadas e estereotipadas que se tem do Nordeste e de sua população, principalmente sob o “olhar sulista”.

Esta monografia, portanto, buscará explicar e entender como os preconceitos sobre negros e nordestinos evoluíram ao ponto de se tornaram naturalizados. Ou seja, o problema se tornou estrutural e passou a ser, de certa forma, ensinado em cada desconfiança, cada piada e comentário, por mais que pareçam normais.

A motivação para a escolha do tema está justamente aí: na naturalização dos preconceitos e estereótipos e na pouca preocupação, principalmente dos detentores dos meios de comunicação, em desconstruir ou, ao menos, evitar a repetição e a consolidação, por mais algumas gerações, destas ideias. As próprias piadas e brincadeiras promovidas entre amigos ajudaram na escolha do objeto de estudo.

Espera-se com este trabalho contribuir para o debate acerca das causas de negra e nordestina e alcançar certa evolução pessoal em relação a meus próprios preconceitos e ideias calcadas em estereótipos. Depois da conclusão desta monografia, espero olhar com cada vez mais senso crítico e desconfiança para as matérias jornalísticas – principalmente as de polícia –, peças publicitárias, novelas etc.

Tentar-se-á comprovar como a mídia – sobretudo a TV aberta – utiliza um discurso que tende a agradar a parcela conservadora, contribuindo para a manutenção da hierarquia social.

2. CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO BRASIL

O povo brasileiro carrega no sangue material genético português, indígena ou africano. A conjunção “e” seria mais adequada para tal afirmação. Contudo, é preciso evitar generalizações e julgamentos precoces, conceitos fundamentais – e até tidos como grandes vilões – nas análises acerca dos preconceitos tão fortes e recorrentes na sociedade brasileira. Esta, tão afetada pela miscigenação e pela mistura de povos de três distintos continentes – África, América e Europa –, deveria, pelo menos de forma idealizada e ainda utópica, apresentar tolerância e harmonia com todas as pessoas e seus diversos caracteres e culturas.

A intolerância e falta de harmonia podem ser justificadas pela suposta ameaça que o “diferente” – a população negra, por exemplo – pode representar. Stuart Hall analisa a necessidade do uso de binômios antagônicos, no âmbito linguístico, para a formação de significado.

Então, significado depende da diferença entre opostos. No entanto, reconhecemos que, apesar de oposições binárias – branco/preto, dia/noite, masculino/feminino, britânico/alienígena – terem o grande valor de capturar a diversidade do mundo dentro de seus extremos, eles são também uma maneira bastante grosseira e reducionista de estabelecer significado. (HALL – 1997: 235)¹

A partir da diferenciação pobre e rasa, exaltada por Stuart Hall, surgem muitos preconceitos e estereótipos. A presença e a coexistência do “diferente” estudadas por Hall dialogam com algumas ideias desenvolvidas pelo historiador Joel Rufino. Em “O que é o racismo?”, Rufino não chega a negar as diferenças físicas entre negros e brancos, por exemplo, mas minimiza tais distinções, já que “o que chamamos de raça – negra, branca, amarela, caucasiana, etc – é apenas um elenco de características anatômicas: a cor a pele, a textura do cabelo, a altura média dos indivíduos, etc.” (SANTOS – 1984: 12). O historiador brasileiro argumenta também que mesmo se houvesse comprovação científica da suposta superioridade dos brancos em relação aos negros – defendida por estudiosos pertencentes à direita política e até por religiosos –, não há motivo para a manutenção dos preconceitos se todos são seres humanos e o cruzamento de todas as raças gera filhos sãos.

¹ So meaning depends on the difference between opposites. However, [...] we recognized that, though binary oppositions – white/black, day/night, masculine/feminine, British/alien – have the great value of capturing the diversity of the world within their either/or extremes, they are also a rather crude and reductionist way of establishing meaning.

Contudo, a coesão esperada entre a população brasileira está distante. Ainda em “Representation: Cultural Representations and Signifying Practices”, Stuart Hall afirma que há desconforto ou distúrbio cultural quando algo ou alguém aparece na categoria errada em relação ao estruturalmente convencionado ou essa mesma coisa não se enquadra em qualquer categoria.

Tais como substâncias como o mercúrio, que é um metal, mas também um líquido, ou um grupo social mestiço, como os mulatos, que não são nem negros nem brancos, mas flutuam ambigualmente entre uma zona híbrida de indeterminação instável e perigosa. Culturas estáveis exigem que as coisas fiquem em seu lugar determinado. Fronteiras simbólicas mantêm as categorias “puras”, dando significado e identidade únicos às culturas. (STALLYBRASS & WHITE apud HALL – 1997: 236)²

A ascensão da mulher ao ter direitos reconhecidos causou e ainda causa estranheza aos machistas. Assim como negros em cargos executivos, em universidades públicas e em posição de destaque no meio intelectual e acadêmico, ainda que em menor número, incomodam os racistas. É esse tipo de distúrbio tratado pelo sociólogo jamaicano que ainda está enraizado estruturalmente na sociedade brasileira.

São muitos os paradigmas e estereótipos a serem desconstruídos no Brasil. As causas e os agentes causadores são os mais diversos e serão citados e analisados posteriormente. Apesar da existência de eugenistas e racistas “esclarecidos”, que até ousam imaginar ter “sangue puro”, livre de quaisquer influências africanas, por exemplo, o preconceito ainda é ensinado dentro de casa, em cada piada, em cada olhar de desprezo ou desconfiança, em cada novela e propaganda que reforçam o padrão de beleza etc. Isto é, a resolução do problema envolve intervenções profundas e significativas nos campos jurídico – penal, cível, trabalhista e da família –, educacional, político, econômico, principalmente no que tange a distribuição de renda, etc.

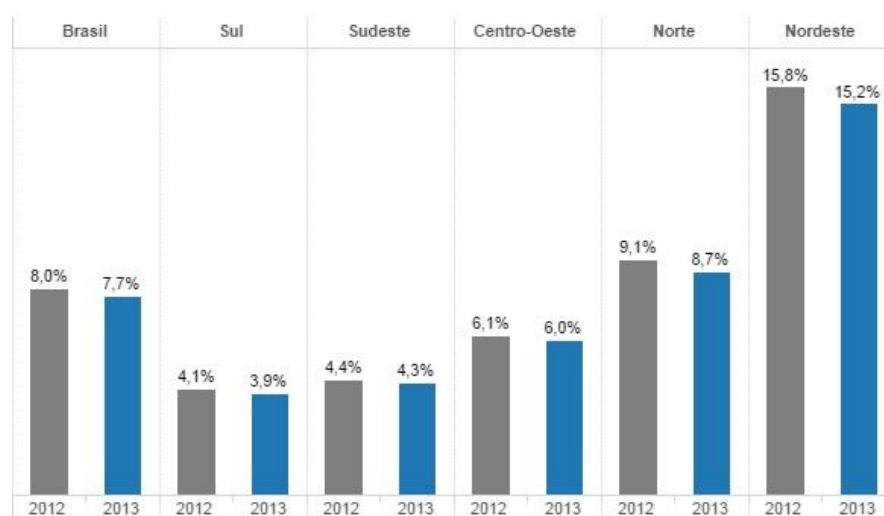
Alvo de preconceitos absurdos e estereótipos construídos e inventados em produções literárias, obras intelectuais, artigos na imprensa e, principalmente, sob os olhos dos “sulistas”, a região Nordeste e a caricatura do nordestino surgiram e se consolidaram, segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, durante o século XX, na batalha entre nacionalismo e regionalismo.

² Such as substance like mercury, which is a metal but also a liquid, or a social group like mixed-race *mulattoes* who are neither ‘white’ nor ‘black’ but float ambiguously in some unstable, dangerous, hybrid zone of indeterminacy in-between. Stable cultures require things to stay in their appointed place. Symbolic boundaries keep the categories ‘pure’, giving cultures their unique meaning and identity.

O próprio desenvolvimento da imprensa e a curiosidade nacionalista de conhecer “realmente” o país fazem com que os jornais encham-se de notas de viagem a uma ou outra área do país, desde a década de vinte até a de quarenta. O que chama a atenção é exatamente os costumes “bizarros e simpáticos” do Norte [...]. Esses relatos fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus “costumes” como costumes nacionais e tomar os costumes de outras áreas como regionais, como estranhos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 54)

No livro “A invenção do Nordeste e outras artes”, o historiador paraibano esclarece os motivos para que a região concentre as maiores taxas de analfabetismo do país até o ano de 2013³. Entre as justificativas está a manipulação política exercida pelas elites oligárquicas. A naturalização do “problema climático” e a consequente instauração da indústria da seca favorecem a manutenção do poder e reforçam ainda mais os estereótipos. A obra de Durval Muniz será de grande importância em capítulos específicos.

Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo por região



A História explica a gênese de muitos problemas do mundo atual. Alguns ainda são os mesmos.

O egoísmo das classes dominantes, dos mais ricos, ao defender a meritocracia – tão lembrada nas épocas de eleições –, exemplifica a falta de bom senso daqueles – com estrutura, boa educação e oportunidades – que acreditam em competição justa com os mais pobres. Estes, em sua maioria, negros. Para Muniz Sodré, a discrepância na qualidade da

³ Segundo dados da Pnad. Pesquisa disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acesso em 20/09/2014

educação é uma forma de manutenção do poder. De forma simples e grosseira, pode-se dizer que os pobres não terão acesso a escolas de qualidade e tampouco conseguirão cursar o ensino superior, este é exclusivo dos ricos, para que continuem no poder como doutores, políticos e acadêmicos. Aí esbarra a reinvenção da educação proposta pelo autor:

Isso se consolidava do modelo de ensino dos jesuítas (cujas escolas dominaram o panorama educacional brasileiro durante cerca de duzentos anos), que transmitiam letras, artes e filosofia aos privilegiados, ao mesmo tempo em que desconsideravam a necessidade de formação técnica para trabalhadores. A produção de obediência era o único traço da união ideológico entre a educação letrada e o ensino eventualmente destinado às camadas subalternas da população. (SODRÉ – 2012: 124)

O conservadorismo que ainda predomina na sociedade brasileira é fruto da herança do tipo de colonização praticada aqui pelo europeu. O patriarcalismo consolidado pela economia agrária e escravocrata deixa suas profundas raízes na educação familiar do Brasil. Educação que condiciona e direciona à manutenção da estrutura vigente desde a chegada da corte portuguesa: “O primeiro Império já revelava preocupação com a garantia de educação primária gratuita para todas as crianças livres, isto é, brancas – nada se previa para os descendentes de escravos.” (SODRÉ – 2012: 124)

2.1 Herança escravocrata e racismo

Toda a miscigenação, conceito tão repetido quando se fala do maior país da América do Sul, aqui realizada é consequência direta da extensão do novo território descoberto por Pedro Álvares Cabral e, principalmente, de várias características singulares dos portugueses.

O sucesso do português na colonização de uma área tropical foi também facilitado pela forte influência dos mouros na Península Ibérica. Gilberto Freyre, em sua obra “Casa-Grande & Senzala”, enfatiza o papel dos povos do norte da África na formação da sociedade portuguesa.

A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros. (FREYRE – 2006: 70)

Freyre, em seu ensaio, ainda ressalta a maior aptidão ao trabalho por parte do mouro, em detrimento a uma suposta preguiça portuguesa para com tal obrigação. A expressão “trabalhar como mouro”, segundo ele, era comum entre os oriundos da metrópole, em clara alusão ao comprometimento e profissionalismo dos vizinhos africanos.

Em “Reinventando a educação”, Muniz Sodré vai ao encontro de Gilberto Freyre em relação à penetração árabe na Península Ibérica:

[...] o Islã e o Ocidente se interpenetraram culturalmente, como não deixaram de assinalar, aliás, intelectuais novecentistas, a exemplo de Miguel de Unamuno ou de Angel Ganivet, ao tornarem claro que “Ibéria não é Europa”. A ideia de que a Península Ibérica – *locus* da herança cultural de quase oito séculos de ocupação árabe – é simbolicamente um híbrido de Europa e África foi também bastante enfatizada por Agostinho da Silva, em especial quando se refere à convivência harmônica entre judeus, cristãos e muçulmanos entre o Mediterrâneo e o Atlântico. (SODRÉ – 2012: 48)

Já no Brasil e ainda segundo Freyre, a possibilidade de ocupação de tão vasto território se deu, inicialmente, com o intercuro sexual com as índias. A colonização híbrida e a poligamia adotada foram permitidas pelo preconceito racial menor do que o religioso. Além da menor tendência purista e ariana do português em relação ao inglês, por exemplo. Este também muito mais ortodoxo no cumprimento dos dogmas religiosos.

Pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical. A falta de gente que o afligia, mais do que a qualquer outro colonizador, forçando-o à imediata miscigenação – contra o que não o indisponham, aliás, escrúpulos de raça, apenas preconceitos religiosos – foi para o português vantagem na sua obra de conquista e colonização dos trópicos. Vantagem para sua melhor adaptação, senão biológica, social. (FREYRE – 2006: 74)

A chegada de outros estrangeiros fora bastante facilitada por esta característica portuguesa: a religião acima da raça, conta Gilberto Freyre. Além da catequese dos índios, homens livres de toda Europa podiam chegar ao Brasil, se instalar e arrumar uma índia para fazer filhos. Bastava assumir-se cristão ou, então, submeter-se à catequização dos jesuítas. A tolerância portuguesa neste ponto favorece, mais uma vez e ainda mais, a miscigenação da população brasileira.

A adoção da mão de obra negra, oriunda da África, tornou-se necessária na colônia após o fracasso na escravização do índio. O aborígine brasileiro, ainda nômade, sem muitos

avanços sociais e tecnológicos, não foi efetivo na consolidação da agricultura, muito menos na do latifúndio monocultor, que por muito tempo foi a base da economia colonial. Segundo relatos do sociólogo pernambucano, o nativo tinha maior predisposição ao artesanato, às artes, à costura e trabalhos de menor esforço físico.

O negro, por sua vez, serviu perfeitamente para o regime de trabalho estabelecido. Não só foi mais um integrante na formação da sociedade brasileira, como se tornou uma mercadoria valiosa, a qual muitos colonos tomariam como principal ocupação negociar, já que para o trabalho braçal pouco era o entusiasmo dos proprietários de negros. A suposta preguiça das elites são narradas por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em “Preconceito contra a origem geográfica e de lugar”:

O negro que fora, durante muito tempo, a solução para a falta de braços nas lavouras de exportação ou na atividade mineratória, invadira todo um cotidiano de uma sociedade dominada por uma elite que, em grande medida desprezava o trabalho manual, que não se dispunha a carregar um pacote pelas ruas, por considerar aviltante, que dependia do escravo para quase todas as atividades mais mezinhas, fosse no campo ou fosse nas cidades. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2012: 57)

As escravas negras exerceram importante papel na colonização dos trópicos. O fetiche do europeu, sedento, sádico e até vulgar, por índias e negras pode ser comparado à caricatura do gringo boquiaberto ao admirar uma passista no carnaval carioca. No entanto, análises comportamentais mais atuais serão vistas mais à frente. Por enquanto, trata-se de buscar uma explicação, dentro da História, para a disposição socioeconômica que se tem hoje no Brasil.

A africana levada para dentro de casa para servir de mucama das senhoras, *iaiás* das meninas, para cozinhar e cuidar dos afazeres domésticos também foi cobiçada pelo senhor de escravos. O nascimento de mestiços de escravas com seus donos foi mais um passo a favor da miscigenação e da ocupação do território. Além da possibilidade de interação inocente entre filhos legítimos e ilegítimos dos senhores. O que poderia sugerir uma relação mais igualitária, ao menos, entre as crianças.

Ao contrário do que muitos pesquisadores, viajantes e membros do clero defendem e defendiam, não foi o africano “culpado” pela interseção entre as raças. Gilberto Freyre, em sua certa idealização do negro, sinaliza o fato de os africanos precisarem de danças e festas afrodisíacas para, então, conseguir alcançar a orgia necessária para a prática sexual. Já o português não necessitava de tal estímulo. A dança do acasalamento era desnecessária para o

européu, naturalmente excitado e que a todo e qualquer momento poderia praticar sua sexualidade.

Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa – colonização, a princípio, de homens quase sem mulher – e no sistema escravocrata de organização agrária no Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós; e em geral atribuídas à luxúria africana. (FREYRE – 2006: 404)

Freyre alcança, com efeito, um dos principais fatores, no ponto de vista social, a serem analisados, e que muitas vezes são ignorados, nas relações de senhores com escravos e na formação da sociedade brasileira. O sexo, nesse caso, é tipificado como estupro. A condição degradante e degradada da negra, em contraste ao poder e soberania de seu senhor, possibilita, com ou sem uso da força, a descarga dos instintos mais selvagens e primitivos do homem. A negra, dessa forma, era apenas objeto na satisfação dos desejos sexuais dos donos de terras.

O “amor” entre os senhores e as escravas, certamente, não teria a aprovação das sinhás. A ira e o ciúme destas renderam muitos castigos severos e sádicos às amantes dos maridos adúlteros. Mais um fruto da “inferioridade de raça”, por sua vez, não genética ou cultural, mas atribuída à condição social.

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias.

O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher. (FREYRE – 2006: 421)

O trecho retirado de “Casa Grande & Senzala” exemplifica violentos hábitos dos donos de escravos, mais precisamente das mulheres. Contudo, apesar de não ocupar muitas páginas no ensaio de Gilberto Freyre, os castigos físicos, obviamente, eram comuns no exercício de dominação sobre o negro. O uso da violência contrasta com a tolerância do

português, já citada, para com diferentes raças, mas não pode ser ignorada e tampouco negada.

É importante interromper a análise sociológica de Gilberto Freyre para destacar as críticas tecidas sobre sua obra, já que “da janela de sua Casa Grande, ele deixa de perceber que a instituição da senzala não é uma forma negra” (SODRÉ – 1988: 170). É em “A verdade seduzida” que Muniz Sodré, apesar de ressaltar o avanço da sociologia de Freyre ante a “sociologia paulista pós-Donald Pierson”, destaca as percepções do autor em “Casa Grande & Senzala”:

Tudo que o seduz enquanto poeta-sociólogo da classe social dos senhores de escravos: a culinária, os contos, o cruzamento interétnico, os cafunés, as danças, as maldades e bondades dos senhores, os “sincretismos” religiosos, as tristezas e alegrias dos negros. Freyre vê conteúdos de pensamentos negros, matérias-primas para um produto nacional (sendo brancas as regras de produção) tropicalizado. (SODRÉ – 1988: 170)

É sob o prisma de Muniz Sodré que se deve continuar a análise sobre a contribuição de Gilberto Freyre para a sociologia brasileira. Sodré desperta a desconfiança necessária sobre Freyre, um dos grandes defensores e entusiastas da miscigenação como ponto forte da gênese da sociedade que há hoje no Brasil.

Não só sexualmente e, por conseguinte, com seus genes e caracteres, a negra limitou seu papel na formação do Brasil. A culinária brasileira traz diversas influências daquele continente a leste do Atlântico. A cozinha baiana, com seus pratos regados a azeite de dendê e pimenta, é um dos melhores exemplos. Além do preparo, o próprio nome dos pratos – “acarajé” entre os mais conhecidos – carrega a negritude⁴ tão presente no estado – mais do que em outros do Nordeste, fato que será destrinchado em subcapítulo próximo. Muitos dos filhos legítimos dos senhores com suas esposas foram criados por mãe preta. Escravas eram as melhores amas de leite, visto que os casamentos, em sua maioria arranjados para a manutenção da riqueza das famílias, ou até realizados dentro da família, de tio com sobrinha etc., juntavam jovens meninas, de 13 ou 14 anos, com homens maduros e até velhos, dos mais de 40 anos de idade, narra Freyre.

⁴ Segundo Frantz Fanon, em “Os condenados da Terra” (1961), negritude seria a resposta ao imperialismo europeu da era colonial, era a “a antítese afectiva, senão lógica, desse insulto que o homem branco fazia à humanidade”. Para o martinicano, “os grandes responsáveis desse racismo do pensamento, ou pelo menos dos passos que dará o pensamento, são e continuam a ser os europeus que não deixaram de opor a cultura branca às outras inculturas. O colonialismo não acreditou ser necessário perder o seu tempo para negar, uma após outra, as culturas das diferentes nações”.

A iniciação sexual dos jovens meninos também era dada com mulher de cor. Criado para ser o patriarca, senhor de engenho e de escravos, o menino era estimulado a exercer sua masculinidade o quanto antes. O machismo, fruto e combustível da consolidação da figura do patriarca, enchia, desde cedo, os homens de presunção, pretensão e sadismo. O sentido natural das consequências das atitudes do patriarca, que, claro, fazia o que bem entendesse, era do homem para as esposas e escravos e crianças; e das esposas para, principalmente, as negras, como já lembrado anteriormente.

O isolamento árabe em que viviam as antigas sinhás-donas, principalmente nas casas-grandes de engenho, tendo por companhia quase exclusivamente escravas passivas; sua submissão mulçumana diante dos maridos, a quem se dirigiam sempre com medo, tratando-os de ‘Senhor’, talvez constituíssem estímulos poderosos ao sadismo das sinhás, descarregando sobre as mucamas e as molecas em rompantes histéricos; ‘passando adiante’, como em certos jogos ou brinquedos brutos. Sadistas eram, em primeiro lugar, os senhores com relação às esposas. (FREYRE – 2006: 421)

O domínio masculino e a submissão feminina até hoje são praticados e fazem parte da doutrina de muitas religiões. O foco, contudo, não está voltado para a influência das religiões tanto agora, quanto outrora, apesar de sua grande importância na estabilização europeia no Brasil. O papel dos jesuítas auxiliou na quase extinção da cultura indígena, já que a catequização se dava desde o nascimento sobre as crianças nativas. A alfabetização, a catequese e os ideais impostos alteraram e moldaram, de geração em geração, o povo, pode-se assim dizer, brasileiro. A cultura indígena passou a ser questionada pelos jovens índios e mestiços de índios. Tornou-se até motivo de piada e acabou por morrer com os velhos. Sob influência dos jesuítas, também, tornou-se cada vez mais forte a cultura patriarcal no Brasil. A monogamia – pelo menos dentro dos dogmas católicos –, o casamento, a devoção a Deus – um, apenas – tiveram seu estabelecimento muito graças aos homens da Igreja.

Apesar de seu grau acadêmico elevado e sua obediência religiosa, muitos integrantes do clero não resistiram ao encanto das negras, segundo Freyre. Era sugerido que padres não possuíssem mucamas e, para quando tivessem, que fosse velha, com mais de 40 anos, para que não despertasse no representante da Igreja os seus instintos masculinos e primitivos. A negra, no entanto, apesar da condição de escrava, envelhecia menos depressa que a sinhá branca. Estas, por sua vez, depois dos 20 já apresentavam as avarias do tempo. Nessa conjuntura, muitos membros do clero se juntaram a negras e deram seguimento à sua linhagem. Os frutos dessas relações, conta Freyre, acabaram por formar uma classe de

nobres, acadêmicos, homens da ciência e grandes donos de terra, visto que seus pais possuíam grandes bens, como conhecimento e riqueza. “Daí o fato de tanta família ilustre no Brasil fundada por padre ou cruzada com sacerdote; o fato de tanto filho e neto de padre, notável nas letras, na política, na jurisprudência, na administração.” (FREYRE – 2006: 533)

Um desses filhos mais ilustres é José do Patrocínio, cuja história pode ser conhecida no livro “José do Patrocínio - a Imorredoura Cor do Bronze”, de Uelinton Farias Alves. Filho de escrava alforriada e de um membro do clero, Patrocínio se destacou como jornalista na liderança da campanha abolicionista. A elite intelectual do século XIX, principalmente após a independência, exerce importante papel na propaganda abolicionista. E, apesar de alcançada em 1888, o fim da escravidão deixou diversas metástases, conforme será visto no próximo subcapítulo.

2.2 Campanha abolicionista e suas consequências

Como observado durante a análise da sociologia freyreana, a introdução da mão de obra africana foi fundamental para a formação da estrutura socioeconômica que se tem no Brasil hoje, além de reforçar o mito das três raças – índio, negro e europeu (português). Contudo, após procurar entender o papel exercido pelo negro enquanto escravo para a formação da sociedade brasileira, deve-se manter a ordem cronológica para que se justifique a situação atual. A abolição da escravidão esclarece muito sobre as intenções das elites e das camadas populares da época, mas, sobretudo, expõe como a população negra sofre as consequências de um processo lento e tardio até os dias atuais e a põe novamente como foco central do estudo.

O processo de abolição do sistema escravagista teve início sob influência das ideias iluministas e de movimentos revolucionários do século XVIII, com destaque para a Revolução Francesa. Em “A Abolição”, Emilia Viotti da Costa chama atenção para as contradições entre o ideal revolucionário e as instituições que ratificavam a escravidão, como a Igreja e o Absolutismo.

No pensamento revolucionário do século XVIII encontram-se as origens teóricas do abolicionismo. Até então, a escravidão fora vista como fruto dos desígnios divinos; agora ela passaria a ser vista como criação de vontade dos homens, portanto transitória e revogável. Enquanto no passado considerava-se a escravidão um corretivo para os vícios e ignorância dos negros, via-se agora, na escravidão, a sua causa. Invertiam-se, assim, os termos da equação. Passou-se a criticar a escravidão em nome da moral, da religião e da racionalidade econômica. Descobriu-se que o cristianismo era

incompatível com a escravidão; o trabalho escravo, menos produtivo do que o livre; e a escravidão uma instituição corruptora da moral e dos bons costumes. (COSTA – 1986: 18)

No Brasil, contudo, prossegue Emilia Viotti, as ideias ilustradas de Rousseau, Voltaire e Montesquieu eram relativizadas pela maior parte das elites que dependiam do trabalho escravo, em detrimento de poucos intelectuais entusiastas da liberdade aos negros. Dessa forma, a contradição entre o direito de propriedade dos senhores de escravos e a liberdade individual da pessoa humana foi mantida com a Constituição outorgada em 1824, após a Independência, em 1822.

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (um cópia idêntica à original francesa de 1789), na qual se reafirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconheceria sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais. (COSTA – 1986: 19)

Mesmo com a manutenção da escravidão praticamente garantida por lei, o tráfico de escravos viria a ser proibido em 1831. A pressão da Inglaterra foi determinante para a aprovação da lei. Por depender economicamente dos britânicos desde a vinda da Corte portuguesa, o Brasil não poderia resistir às pressões.

A partir da Independência, o Brasil tinha se tornado, de certa forma, uma colônia britânica devido a sua dependência econômica em relação à Inglaterra. Essa dependência datava da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, quando D. João VI, em recompensa pela ajuda que os ingleses lhe haviam prestado naquela ocasião, concedera-lhes vários privilégios comerciais. Com os tratados comerciais de 1810, a Inglaterra passa a usufruir de uma situação privilegiada no mercado brasileiro. Graças a tarifas favoráveis, produtos ingleses invadiram o mercado brasileiro. (COSTA – 1986: 26)

Ainda segundo Emilia Viotti, a condição privilegiada da Inglaterra causou revolta e provocou denúncias até mesmo da parcela da população que era a favor da abolição. Autores como Maciel da Costa e Domingo Alves Branco, se bem que favoráveis ao fim da escravidão, acusam os ingleses de má fé e de usar uma causa justa pela liberdade para levar o Brasil à ruína.

A proibição do tráfico fora inicialmente ignorada e fortunas continuaram a ser feitas com a venda de escravos africanos. Segundo a autora, “entre 1831 e 1850 [...], mais de meio

milhão de escravos foram introduzidos no país, em total desrespeito a lei de 1831”. Ou seja, por vinte anos o tráfico de escravos se manteve intacto no Brasil, salvo apreensões de navios negreiros realizadas pela marinha inglesa.

O contrabando, até então pouco ameaçado, torna-se crime de pirataria e fica sujeito a penas mais severas a partir de 1850, com a Lei Euzébio de Queiroz. Ainda assim, conta Costa, o crime não cessou completamente. Porém, com o cerco sobre o tráfico mais apertado, o preço do escravo aumentou exponencialmente a partir dos anos 50 do século XIX.

O tráfico interno acabou por ser a saída, visto que cada vez menos escravos chegavam aos portos brasileiros. O destino dos negros negociados internamente era as províncias do Centro-sul do país, em detrimento do Nordeste, cujo algodão e açúcar estavam em declínio, conforme pontua Emilia Viotti:

Os fazendeiros do Nordeste viam com apreensão o tráfico interprovincial. Atraídos pelos altos preços pagos pelos fazendeiros de café, os traficantes de escravos preferiam vendê-los no Sul. Essa demanda inflacionava os preços no Nordeste. Os fazendeiros dessa região tentaram em vão impedir que os escravos fossem vendidos para outras províncias. Inúmeras leis provinciais foram aprovadas, algumas já na década de cinquenta, taxando a saída de escravos. Mas eles continuaram a ser vendidos no Sul, onde a rentabilidade das lavouras cafeeiras permitia aos fazendeiros pagarem altos preços. (COSTA – 1986: 33)

Já a partir da década de 1860 aumenta a pressão interna pela emancipação dos escravos. Projetos propostos na Câmara dos deputados em favor da população negra eram ignorados ou não conseguiam aprovação, apesar de que, nessa época, os projetos limitavam-se a implementar medidas que favorecessem a emancipação gradual dos escravos, para que não houvesse prejuízo significativo aos senhores e à economia do país.

É importante ressaltar que a maior adesão às ideias abolicionistas era calcada, principalmente, na vontade de mudar a imagem do Brasil no cenário internacional. Isto é, a preocupação com a modernização do país e sua condição de atrasado perante a comunidade mundial era maior do que a preocupação com a dignidade da pessoa humana, com a violência e preconceito que o escravo negro sofria.

Antes mesmo de a Abolição ter-se tornado uma aspiração nacional, a escravidão fora condenada, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista moral, nos países mais desenvolvidos. O Brasil era, na segunda metade do século XIX, um dos poucos países onde havia escravos.

Mas, nessa época, a escravidão passara a ser identificada com ignorância e atraso e a emancipação, com progresso e civilização. (COSTA – 1986: 94)

Não se pode negar que havia, sim, intelectuais e políticos que condenavam a escravidão por sua desumanidade. E tanto o discurso político preocupado com o atraso do país, quanto o discurso humanista das esquerdas ganharam mais adeptos e convenciam mais gente com o passar do tempo. É como diz Emilia Viotti: “para os intelectuais, o abolicionismo foi fonte de inspiração. Para os políticos, um instrumento de ascensão política. O abolicionismo deu ao intelectual um público e ao político, um eleitorado”. (COSTA – 1986: 94).

Um passo foi dado em direção à emancipação dos escravos em setembro de 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Segundo a autora, o projeto foi criticado por alguns conservadores, que acusavam o governo de se intrometer na propriedade privada, já que os senhores deixariam de ter direito sobre os filhos de seus escravos. Por outro lado, os liberais mais radicais não achavam a lei significativa o suficiente. Eles queriam a emancipação imediata dos escravos. No entanto, argumenta Costa que a lei teve, com efeito, grande impacto nas camadas populares.

Toda a agitação em torno da sua aprovação produziu grande mobilização popular. Em curto tempo, o debate sobre a emancipação dos escravos passou das salas de conferência e dos ambientes fechados das associações abolicionistas e instituições acadêmicas para as praças públicas. Para muitos jovens que iniciavam suas carreiras políticas e literárias nesse período, a discussão em torno da Lei do Ventre Livre foi um batismo de fogo. Eles se identificaram com a causa da emancipação e das reformas e nos anos que se seguiram continuaram a lutar por elas. A Lei do Ventre Livre não pôs fim ao debate sobre a abolição. Seria apenas um primeiro passo na sua direção. (COSTA – 1986: 49)

A Lei do Ventre Livre acabou por incentivar a criatividade e a chegada da mão de obra imigrante. Segundo dados constantes em “A Abolição”, em 1886 e 1887, mais de cem mil imigrantes, em sua maioria italianos e portugueses, chegaram a São Paulo para atender a economia cafeeira.

Mais uma lei a caminho da emancipação dos escravos surgiria em 1885, a Lei dos Sexagenários, que tornaria livre os escravos com mais de sessenta anos. Esta lei, no entanto, não teve a eficácia esperada. Um dos motivos é que havia poucos escravos que alcançavam tal idade, dada as condições de vida e a exploração que sofriam. Outro é que a lei passou por diversas revisões e acabou por ser “favorável” aos donos de escravos, pouco avançando em

direção à emancipação total. Boa parte dos conservadores e das elites agrárias concordava que a Lei do Ventre Livre era suficiente para a abolição da escravidão: já que não haveria novos escravos (negros nasciam livres e o tráfico era proibido), algum dia não existiria mais nenhum escravo.

E esse argumento fora defendido até o último momento em que o sistema escravista ainda era regulamentado. Até que em 13 de maio de 1888 é assinada a lei que extingue a escravidão do Brasil.

Como já destacado anteriormente, a emancipação dos escravos tinha como principal objetivo elevar o *status* do Brasil no cenário internacional. Que ele deixasse de ser um país atrasado e desmoralizado. Portanto, não houve qualquer cuidado com a situação do escravo emancipado em 1888. O ex-escravo era agora um homem negro livre, vítima ainda – e até hoje – dos mesmos preconceitos, ocupando as categorias mais subalternas e largado sem qualquer amparo. Neste ponto, Costa dialoga com Sodré no que tange a inserção do negro livre na sociedade. Os imigrantes foram introduzidos em detrimento do aproveitamento da mão de obra negra. Tampouco a proclamação a república deu à população negra alguma esperança de melhora:

A república proclamada, por sua vez, não previa nenhum mecanismo de incorporação do ex-escravo ao regime baseado no ideário liberal. Na nova ordem, controlada por oligarquias regionais, a maioria populacional ficava sistematicamente excluída do processo eleitoral, o que eliminava as chances de representatividade política das camadas subalternas, onde predominavam os negros. (SODRÉ – 1999: 239)

Durval Muniz de Albuquerque é outro autor que concorda com as ideias expostas por Emilia Viotti e Sodré. Os ex-escravos, segundo o historiador:

[...] de uma hora para outra, passaram a formar uma população livre, mas excluída de qualquer benefício, tendo que optar em se manter nas atividades que já realizavam, em troca muitas vezes de favores e não de salários, ou buscarem alternativas informais, notadamente nos centros urbanos, para sobreviver. A abolição, tal como ocorreu, em vez de integrar os negros à sociedade brasileira, como cidadãos, como formalmente passaram a ser, reafirmou sua exclusão, e sua inserção terá que se dar de forma paulatina e dolorosa no século seguinte, processo que ainda está longe de ser concluído. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2012: 61)

Ainda sobre a abolição, Roberto DaMatta afirma que, diferente de outros países, como os Estados Unidos, no Brasil não se codificou legalmente a segregação e o racismo

após o fim da escravidão. Aqui, a hierarquia racial foi mantida no domínio das relações sociais, não houve qualquer contralegislação:

Sendo assim, nunca chegamos a temer realmente o negro livre, pois todo o nosso sistema de relações sociais estava fortemente hierarquizado. Apenas adaptamos a rede de relações sociais e passamos a atuar nas áreas mais internas do sistema (no corpo e na casa), zonas onde não devia haver discussão de que o critério moral ou pessoal se aplicava integralmente. (DAMATTA – 1983: 155)

Apenas pouco mais de cento e vinte anos se passaram desde o fim da escravidão, fenômeno recente e muito próximo. As consequências do extinto regime são nítidas e estão bem enraizadas na sociedade brasileira. A Abolição foi conquistada com muito esforço e deve ser celebrada, contudo, há de se ter um olhar crítico em relação à forma que ocorreu e sobre suas consequências.

A Abolição não correspondeu nem aos receios dos escravistas, nem às expectativas dos abolicionistas. Não foi catástrofe nem redenção.

Gregório Bezerra conta, em suas memórias, a história de um preto que era feitor numa fazenda do Nordeste, onde Bezerra trabalhou quando menino (na primeira década deste século). “Ele tinha sido escravo” escreve Bezerra. “E tinha saudade da escravidão, porque, segundo ele, naquela época comia carne, farinha e feijão à vontade e agora mal comia um prato de xerém com água e sal”.

Fruto do desespero de um homem que depois da Abolição fora abandonado à sua própria sorte, sem que a sociedade lhe assegurasse mínimas condições de vida, esse depoimento de um escravo que tinha saudades da escravidão não deve ser entendido como um comentário a favor da escravidão. Ele é, de fato, um testemunho eloquente das condições de vida em que se encontram muitos ex-escravos, para os quais a Abolição representara apenas o direito de ser livre para escolher entre a miséria e a opressão em que viveu (e ainda vive) um grande número de trabalhadores brasileiros. (COSTA – 1986: 96)

2.3 Distribuição de renda e preconceito regional

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2013, realizada pelo IBGE, e com dados divulgadas em 2014, a região Nordeste, além da maior taxa de analfabetismo do Brasil – já ilustrada na abertura do capítulo –, possui, em todos os seus nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe), as piores rendas médias do país⁵ junto com Pará e Acre.

⁵ Segundo dados da Pnad. Pesquisa disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>. Acesso em 21/09/2014

Gráfico 2 - Renda média mensal por estado

Renda no NE ainda é menor
Mapa da renda média mostra defasagem maior
nem toda a região Nordeste



Assim como o racismo, a maioria negra da população carcerária, o fato da população negra, em geral, ter renda menor que a branca e a necessidade de cotas raciais, as estatísticas do Nordeste podem ser justificadas historicamente.

Os piores números da região em relação ao resto do país são motivo de piadas e preconceitos. O estereótipo pejorativo do nordestino é um dos mais caricatos e facilmente reconhecidos na sociedade brasileira. Cabeça larga, baixa escolaridade, ocupações no setor terciário, sotaque peculiar etc. Em São Paulo, chama-se qualquer nordestino de baiano. Já no Rio de Janeiro, “paraíba” – metonímia de paraibano – domina entre os adjetivos. “Cearense” ou, novamente com uso da metonímia, “ceará” também aparecem. Só alguns exemplos dos preconceitos regionais, cujos precedentes e consequências serão analisados à frente.

O clima, o relevo, a terra e a vegetação, isto é, a condição geográfica em geral tem papel importante no tipo de ocupação exercido na região e no tipo de atividades econômicas nela implementadas.

Seriam necessárias muitas páginas de conteúdo exclusivo sobre as características físicas da região. Termos específicos e um pouco intangíveis teriam de ser empregados. Desta forma, detalhes poderiam se tornar enfadonhos e tal explanação desnecessária, visto

que, aqui, é importante ater-se às causas e consequências sociais e econômicas. Focar-se-á neste ponto doravante.

O sistema colonial, pode dizer-se assim, foi um dos principais agentes na degradação do Nordeste. A região foi umas das maiores vítimas da herança deixada pelo latifúndio monocultor. A concentração de terra era garantida pelo sistema hereditário. Mas este também auxiliou na degradação e na divisão das riquezas, já que os muitos filhos dos senhores, sem muito entusiasmo ou cacoete para o trabalho, dividiam as terras. É bom frisar que essa divisão não funcionava como uma utópica distribuição de terra, que ainda não foi alcançada nos dias atuais.

O fato de encontrarem tantos Wanderleys degenerados pelo álcool e destituídos do antigo prestígio aristocrático prende-se a causas principalmente sociais e econômicas que envolveram outras famílias ilustres, da era colonial, hoje igualmente decadentes: a instabilidade da riqueza rural causada pelo sistema escravocrata e da monocultura; as leis sobre sucessão hereditária, favoráveis à dispersão dos bens; a lei da abolição, sem nenhuma indenização aos senhores de escravos. Lei que colhendo São Paulo cheio de imigrantes europeus, apanhou o Norte desprevenido, sem outros valores que escravos africanos. (FREYRE – 2006: 337)

O avanço da abolição da escravidão trouxe graves consequências aos proprietários de terra do Nordeste, como relatou Gilberto Freyre. O descaso dos administradores da colônia também tem parcela de responsabilidade, com toda atenção voltada para Minas e São Paulo.

Apesar do relato de Freyre, em “A Abolição”, Emilia Viotti explica que no Nordeste já havia poucos escravos quando a Lei Áurea fora assinada. O tráfico interno, com o gradual avanço das leis abolicionistas, fazia com que o Nordeste de um açúcar e algodão decadentes perdesse escravos para o sul da economia cafeeira.

A transição do trabalho servil para o trabalho livre também se observava nas zonas rurais, principalmente no Nordeste. Já em 1886, o Relatório do Ministro da Agricultura registrava que no Ceará a substituição do escravo pelo trabalhador livre estava muito avançada. Em 1870, Diogo Cavalcanti de Albuquerque, presidente da Província de Pernambuco, assinalava que em alguns distritos de Pernambuco o número de trabalhadores livres era maior do que o de escravos. Até mesmo nas áreas de economia açucareira crescia o número de trabalhadores livres. Em meados do século havia três escravos para cada trabalhador livre. Em 1872, os trabalhadores livres eram mais numerosos do que os escravos sendo que em alguns setores havia 15 trabalhadores livres para cada escravo. Em um grande número de províncias, a população escrava representava apenas uma pequena parcela da população. No Ceará, por exemplo, esta constituía cerca de 4,5%; no

Rio Grande do Norte, 5,1%; na Paraíba, 6,8%; no Amazonas, 1,7%; e em Goiás, 5%. (COSTA – 1986: 53)

Ainda segundo Emilia Viotti, o avanço da tecnologia nas áreas rurais foi fundamental para a modernização das relações de trabalho e do sistema de produção, conforme narra em “A Abolição”:

Depois de 1870, o número de engenhos movidos a vapor aumentou rapidamente, atingindo 21,3% em 1881. Na década de oitenta multiplicaram-se os engenhos centrais, cuja capacidade de produção seria muito superior a dos engenhos tradicionais. Era o começo da formação das grandes usinas que viriam, com o tempo, a eliminar os antigos engenhos. Essas mudanças no sistema de produção afetaram o ritmo de trabalho e as relações de produção, permitindo maior racionalização do trabalho. A área cultivada se expandiu e a demanda de mão de obra cresceu. No entanto, com o crescimento da população livre nas regiões vizinhas, os fazendeiros puderam encontrar um excedente de mão de obra que puderam utilizar nas fazendas. Isso compensava a pouca elasticidade da oferta de mão de obra escrava. (COSTA – 1986: 53)

Já no que tange a formação genética, segundo Freyre, com exceção da Bahia, o negro teve menor penetração na população nordestina. Seguindo, ainda, a idealização do autor em relação aos africanos, por causa da maior presença de negros, é que os baianos são mais simpáticos, de sorriso mais fácil e de cordialidade mais sincera, em detrimento do caráter mais sisudo do sertanejo.

Contrastando-se o comportamento de populações negroides como a baiana – alegre, expansiva, sociável, loquaz – com outras menos influenciadas pelo sangue negro e mais pelo indígena – a piauiense, a paraibana ou mesmo a pernambucana – tem-se a impressão de povos diversos. Populações tristonhas, caladas, sonsas e até sorumbáticas, as do extremo Nordeste, principalmente nos sertões; sem a alegria comunicativa dos baianos; sem aquela sua petulância às vezes irritante. Mas também sem a sua graça, a sua espontaneidade, a sua cortesia, o seu riso bom e contagioso. Na Bahia tem-se a impressão de que todo dia é dia de festa. Festa de igreja brasileira com folha de canela, bolo, foguete, namoro. (FREYRE – 2006: 372)

Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, concorda e também admite menor penetração negra no Nordeste.

A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola. [...] Por outro lado, embora existissem em grande cópia mesmo no reino, os africanos tiveram, no primeiro século, uma função inferior. Em muitos lugares rareavam. (CUNHA - 1906: 76)

Ambos os autores sinalizam maior influência ameríndia na formação da população nordestina. Não obstante, determinam diferenças nas personalidades. Já se falou um pouco das características do índio brasileiro, sem tanta predisposição para o trabalho pesado como o negro africano. A maior morosidade do nativo daqui tem ligação direta com o nomadismo e com o pouco avanço tecnológico na agricultura, por exemplo. A partir disso, depara-se com uma pequena contradição: a suposta preguiça da qual o baiano é acusado de ostentar – mais um estereótipo caricato – deveria, por causa da maior participação indígena no gene, pertencer, se não exclusivamente, também ao sertanejo com menor herança negra no sangue.

As contradições e brechas para críticas presentes na sociologia de Euclides da Cunha podem ser justificadas por seu ideal eugenista. Muniz Sodré, assim como denunciou a posição de “senhor” de Gilberto Freyre em “A Verdade Seduzida”, desperta a atenção para a opinião de Euclides da Cunha sobre a miscigenação em “Claros e Escuros”:

Autores como Euclides da Cunha e Nina Rodrigues eram francamente pessimistas quanto à mestiçagem, considerando-a um retrocesso no processo de constituição do povo nacional, por ser fonte de desequilíbrios “morais e sociais”. (SODRÉ – 1999: 197)

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, discursos eugenistas ajudaram a construir a visão estereotipada e preconceituosa que sem tem do Nordeste. A menor penetração do imigrante europeu em relação ao sul é uma das bandeiras levantadas para justificar as “mazelas” da região e sua população “flagelada”:

Muitos dos discursos que construíram a figura do nordestino, nos anos 1920, estavam marcados, ainda, por concepções eugenistas e social-darwinistas. Em muitos deles o atraso da região, sua crise econômica e social, eram atribuídas à composição de sua população, majoritariamente mestiça. Muitos lamentavam que este espaço não tivesse sofrido a injeção de sangue ariano e europeu, da forma como havia ocorrido em São Paulo, fator que teria sido decisivo para o desenvolvimento daquela terra. Ao mestiço, notadamente ao mulato, era associada à ideia de que seria preguiçoso, resistente ao trabalho regular, instável do ponto de vista psicológico, já que oscilava entre as heranças raciais que encarnava. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2012: 116)

É outra obra do historiador paraibano supracitado, “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”, fruto de sua tese de doutorado, que narra a construção imagético-discursiva da região Nordeste e de sua população. O autor denuncia o próprio ambiente acadêmico, afirma que poucas teses, monografias e artigos têm o Nordeste urbano-industrial como ponto central. A maioria dos trabalhos insiste em repetir a seca, as “tradições”, ou seja, aplica mais uma

demão sobre a já espessa camada de estereótipo presente nas manifestações culturais (literárias, cinematográficas, televisivas), na imprensa e no imaginário da população brasileira.

O Nordeste é pesquisado, ensinado, administrado e pronunciado de certos modos a não romper com o feixe imagético e discursivo que o sustenta, realimentando o poder das forças que o introduziu na cultura brasileira, na “consciência nacional” e na própria estrutura intelectual do país. A “História Regional” é produto de certas forças e atividades políticas, às vezes, antagônicas, mas que se encontram na reprodução dessa ideia de região. O Nordeste passou a ser, assim, objeto de uma tradição acadêmica que o ajuda a se atualizar. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 40)

Segundo o autor, o Nordeste é uma invenção recente, alavancada a partir da década de 20 do século passado. Antes, falava-se apenas em Norte. Contudo, a partir da necessidade da construção do nacionalismo e da eleição, pode-se assim dizer, de uma cultura nacional, manifestam-se os regionalismos e é instituído o Nordeste. A região, no entanto, aparece sempre em comparações com o Sul e quase sempre descrita por jornalistas e intelectuais sulistas principalmente em notas de viagens, impulsionadas pela curiosidade nacionalista e pela necessidade de se conhecer o país. O autor destaca notas de articulistas do jornal O Estado de São Paulo que refletem bem os regionalismos e a criação de identidade a partir das oposições:

“...algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre...chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água. O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919, determinando a fase decisiva das grandes obras contra as secas. (...) quando levas de esqueléticos retirantes vieram curtir saudades infundas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui...”

“...Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 50)

Ainda conforme ideias do autor, a invenção recente e a verdade instituída pela imprensa sulista, como observado nos trechos acima, “dificulta a produção de uma nova configuração de verdades sobre esta região”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 60) Entretanto, é importante ressaltar que o autor não deseja desqualificar a “verdade sulista”

sobre o Nordeste, tampouco inventar outra, trata-se apenas de perceber a intenção do discurso, a serviço de qual relação de poder ele é usado.

Durante a batalha dos regionalismos, que buscavam se impor como nacionais, surge, principalmente em relação à região recém inventada, o regionalismo naturalista.

O nosso nacionalismo foi antes forjado em oposições regionalistas. Mas o regionalismo pré-modernista se mostrava, com seu “conto sertanejo”, artificial, pretensioso, criando um sentimento subalterno e fácil de condescendência em relação ao próprio país, encarando com olhos europeus nossas realidades mais típicas. O homem do campo é visto como pitoresco, sentimental, jocoso. (CANDIDO apud ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 65)

Ou seja, o folclore, as tradições e as personagens regionais – nordestinas – são descritos de maneira a distanciar as realidades, de forma a marcar a hierarquia e as relações de poder. A suposta inferioridade do que é rural está bem marcada no regionalismo naturalista.

Apesar das críticas ao regionalismo hierarquizante, a partir dele aparece a valorização do tradicional e do sertanejo como o verdadeiro tipo nacional, isto é, livre das influências estrangeiras que atingem o Sul. A cultura sertaneja, o messianismo, as secas, o cangaço se espalham e se enraízam nas histórias e na História do Nordeste e até hoje, após tanta repetição, são alguns dos estereótipos mais fortes que cercam a região e a população nordestina. Durval Muniz destaca em sua obra um trecho de Monteiro Lobato que ratifica o interior como o verdadeiro Brasil e não litoral artificial, que recebe fortes influências estrangeiras.

O Brasil não era um São Paulo, enxerto do garfo italiano, nem o Rio artificial português. O Brasil está no interior, onde o sertanejo vestido de couro vasqueja nas coxilhas onde se domam potros. Está nas caatingas estorricadas pela seca, onde o bondiorno cria dramas, angústias e dores intermináveis à gente litorânea. (LOBATO apud ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 68)

Jesús Martin-Barbero, em “Dos Meios às Mediações”, explica o fenômeno de incorporação de “culturas regionais diferentes” na formação da identidade nacional:

A heterogeneidade de que se forma a maioria dos países da América Latina sofrerá um forte processo de funcionalização. Onde a diferença cultural é grande e incontornável, a originalidade é deslocada e projetada sobre o conjunto da Nação. Onde a diferença não é tão grande a ponto de constituir-se como patrimônio nacional, ela será folclorizada, oferecida como curiosidade aos estrangeiros. (MARTIN-BARBERO – 2003: 230)

No entanto, pode-se afirmar que a cultura nordestina passa por ambos os processos descritos por Barbero, uma vez que ao mesmo tempo em que é tomada como cultura verdadeiramente nacional, “de raiz”, tradicional, é também folclorizada e distanciada dos grandes centros urbanos, modernos etc.

Como já pontuado anteriormente, o embate entre os regionalismos do norte e do sul do país é responsável por muitos dos preconceitos existentes em torno da região Nordeste. Albuquerque Júnior exemplifica discursos a favor do sul, coerentes com o paradigma naturalista, com ideias de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues – Muniz Sodré já destacara o caráter eugenista deste. Ambos consideram que o sul tem a vantagem de possuir uma maior população branca, em detrimento da predominância mestiça e negra no norte. Segundo Albuquerque Júnior, Nina Rodrigues preocupava-se com tal discrepância, já que situação parecida ocorrera na guerra civil americana.

Outro ponto defendido pelos autores era o clima. Para os intelectuais, o clima do sul, mais ameno, favorecia o desenvolvimento da economia, da agricultura e da própria população. No Norte, por outro lado, o clima tropical seria desfavorável e até abateria a população.

O Norte, segundo este pensamento naturalista, e, para alguns, o próprio país estavam condenados pelo caráter mestiço de sua raça e também pela tropicalidade de seu clima. Segundo os seguidores da antropogeografia, bem como da biotipologia, os trópicos não eram adequados para o desenvolvimento de uma civilização e, muito menos, os mestiços e negros eram capazes de realizá-la. O calor e a umidade geravam abatimento físico e intelectual, levando à superficialidade e ao nervosismo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 71)

Aos poucos, o discurso e as denúncias dos “problemas” do Nordeste se perpetuam. “O Nordeste nasce do reconhecimento de uma derrota, é fruto do fechamento imagético-discursivo de um espaço subalterno na rede de poderes, por aqueles que já não podem aspirar ao domínio do espaço nacional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 83). Desta forma, as elites e os representantes “nortistas” no Parlamento percebem a poderosa fonte de recursos que tal discurso pode ser para a região.

Conforme dados presentes em “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”, a seca de 1877-79 foi a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e proporcionou um bom volume de recursos para a região. Já em 1891, fora incluído na Constituição um artigo

que obrigava a União a reservar verbas para vítimas de flagelos naturais. Ou seja, estavam institucionalizadas as secas, dando origem, quase que concomitantemente, à indústria da seca, já que o discurso regionalista pela suposta resolução do problema ganha cada vez mais vozes e falas mais aguerridas.

É preciso deixar claro que não se quer, aqui, negar a existência das secas. Mas o principal objetivo é descobrir o papel da indústria da seca na construção dos estereótipos que cercam o Nordeste. O egoísmo das elites oligárquicas e os políticos locais, interessados somente na manutenção do poder, fez com que a tecla dos problemas naturais fosse exaustivamente batida, no entanto, não era interessante realmente resolver de vez o problema. Restando para a região e sua população o rótulo de sobreviver à base de subsídios, esmolas – estereótipo existente até os dias de hoje, vide comentários preconceituosos, principalmente nas redes sociais, após a vitória da presidente Dilma, que teve votação expressiva no Nordeste, nas eleições de 2014.

São criadas políticas compensatórias, como o DNOCS e o IAA, instituições destinadas a falar em nome deste espaço e a distribuir migalhas que caem do céu do Estado indo parar nos bolsos dos grandes proprietários de terra e empresários, funcionando como incentivos a uma obsolescência tecnológica e a uma crescente falta de investimentos produtivos. Isto torna o Nordeste a região que praticamente vive de esmolas institucionalizadas através de subsídios, empréstimos que não são pagos, recursos para o combate à seca que são desviados e isenções fiscais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 88)

Além da manipulação dos parlamentares e das elites no campo político – que como já visto ajudou a enraizar muitas imagens sobre o Nordeste –, as manifestações culturais, com destaque para a literatura, são uma das principais contribuições para a perpetuação de diversos estereótipos.

É neste momento que o autor fala muito em invenção do Nordeste, em invenção imagético-discursiva da região. Segundo Durval Muniz, busca-se valorizar uma tradição anterior ao capitalismo burguês, um passado rural, patriarcal e até escravista. Mesmo que nem sempre mal intencionada, esta prática mantém privilégios do patriarcado latifundiário e reforça diversas impressões estereotipadas e preconceituosas de sua população perante o restante do país.

Durval Muniz sintetiza brilhantemente o *modus operandi* dessa invenção:

Vai se operar nestes discursos com um arquivo de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata, de preconceitos populares ou aristocráticos,

além de “conhecimentos” produzidos pelos estudos em torno da região. Usar-se-á sobretudo o recurso à memória individual ou coletiva, como aquela que emite a tranquilidade de uma realidade sem rupturas, de um discurso que opera por analogias, assegurando a sobrevivência de um passado que se vê condenado pela história. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 90)

Segundo o historiador paraibano, os escritores e intelectuais constroem um Nordeste centrado na memória, na saudade. Esta foi uma estratégia, conforme conta Durval Muniz, de evitar o apagamento da região. A maneira encontrada para se afirmar a identidade é a perpetuação do presente, projetando-o ao passado, o que torna a História nordestina ainda mais recente.

A história, em seu caráter disruptivo, é apagada e, em seu lugar, é pensada uma identidade regional a-histórica, feita de estereótipos imagéticos e enunciativos de caráter moral, em que a política é sempre vista como desestabilizadora e o espaço é visto como estável, apolítico e natural, segmentado apenas em duas dimensões: o interno e o externo. Interno que se defende contra um externo que o buscaria descaracterizar. Um interno de onde se retiram ou minimizam contradições. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 93)

Como já lembrado, nem sempre a intenção dos autores e artistas é reafirmar este padrão imagético-discursivo do Nordeste. Contudo, mesmo de maneira inconsciente, estas obras acabam recriando a mesma rotina, a submissão, e faz com que as pessoas evitem construir novas histórias, mas revivam as injustiças, misérias e preconceitos que já estão prontos e consolidados. Pode-se citar José Lins do Rego, Ascenso Ferreira, Cícero Dias, Jorge de Lima, Luiz Gonzaga e Ariano Suassuna como “vilões” neste ponto. Albuquerque Júnior denuncia o pouco ou inexistente engajamento das obras. Quase nenhuma reivindicação social, apenas uma conformidade com o antigo e insatisfação com o novo, com o moderno. Os versos de Manuel Bandeira ilustram este Nordeste centrado num passado de tradição:

“Saí menino de minha terra.
Passei trinta anos longe dela.
De vez em quando me diziam:
Sua terra está completamente mudada,
Tem avenidas, arranha-céus...
É hoje uma bonita cidade!
Meu coração ficava pequenino.
Revi afinal o meu Recife.
Está de fato completamente mudado.
Tem avenidas, arranha-céus.

É hoje uma bonita cidade.
Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!"⁶

No entanto, conforme já observado, a construção imagético-discursiva do Nordeste não é feita apenas pelos artistas e intelectuais locais, mas também recebe pinceladas sulistas:

A instituição sociológica e histórica do Nordeste não é feita apenas por seus intelectuais, não nasce apenas de um discurso sobre si, mas se elabora a partir de um discurso sobre e do seu outro, o Sul. O Nordeste é uma invenção não apenas nortista, mas, em grande parte, uma invenção do Sul, de seus intelectuais que disputam com os intelectuais do nortistas a hegemonia no interior do discurso histórico e sociológico. (ALBURQUERQUE JÚNIOR – 2011: 117)

É a disputa Norte X Sul que alimenta os debates sobre a importância de cada população na formação da identidade nacional. Para Freyre, o latifúndio e o patriarca nordestino foram fundamentais para a criação de raízes, para o verdadeiro preenchimento do território nacional. Sem essas características feudais, a expansão das fronteiras promovida pelo nomadismo do bandeirante, explorador, aventureiro e desapegado da terra, não teria sentido.

Entretanto, há de se lembrar que o discurso freyreano vai ao encontro da temática regionalista saudosista, como a presente no “romance de trinta”. Nesta categoria literária o Nordeste é, mais uma vez, o local da tradição rural, que olha com desdém o desenvolvimento urbano. A cidade é sinônimo de desvirtuamento, de pecado e de perda da inocência camponesa. Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as produções artística e literária nordestinas praticamente ignoram o fenômeno urbano e metropolitano, restringindo-se à exaltação das relações patriarcais e da rotina rural, que é interrompida apenas pela natureza, com secas e enchentes.

Os temas regionais trazem quase sempre o folclore e oposições como pano de fundo das narrativas. Os binômios Deus e Diabo, mar e sertão, modernidade e tradição são comumente repetidos. Contudo, é possível destacar um tema que muitas vezes se confunde com a própria região, que muitas vezes significa a própria região: a seca.

Conforme ideias de Durval Muniz, a seca faz um recorte físico do Nordeste. Isto é, o termo passa a funcionar como sinônimo e, além de homogeneizar a região, de forma a tornar

⁶ “Minha terra”, Manuel Bandeira. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/lucypassos/8542289453>. Acesso em 19/06/2015

invisíveis as diferenças e particularidades internas, dá ao Nordeste uma história secular, já que se as secas existiam há muito tempo, logo, o Nordeste também.

O autor sintetiza em um parágrafo de “A Invenção do Nordeste e Outras Artes” muitas das imagens e ideias que se tem ainda hoje sobre a região:

O romance de trinta instituiu uma série de imagens em torno da seca que se tornaram clássicas e produziram uma visibilidade da região à qual a produção cultural subsequente não consegue fugir. Nordeste do fogo, da brasa, da cinza e do cinza, da galharia negra e morta, do céu transparente, da vegetação agressiva, espinhosa, onde só o mandacaru, o juazeiro e o papagaio são verdes. Nordeste das cobras, da luz que cega, da poeira, da terra gretada, das ossadas de boi espalhadas pelo chão, dos urubus, da loucura, da prostituição, dos retirantes puxando jumentos, das mulheres com trouxas na cabeça trazendo pela mão meninos magros e barrigudos. Nordeste da despedida dolorosa da terra, de seus animais de estimação, da antropofagia. Nordeste da miséria, da fome, da sede, da fuga para a detestada zona da cana ou para o Sul. Nordeste da polaridade seca/inverno, borralho camburante/paraíso florido, cheio de alegrias, sons e cores; do preto e do verde que se sucedem em ciclos. Nordeste do tempo circular da natureza, região cuja história parece ser um moto-contínuo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 139)

O cangaço é outro tema recorrente nesta formação imagético-discursiva. Os cangaceiros aparecem nas produções literárias regionais como heróis fora da lei. Seus crimes, apesar de narrados como bárbaros, seriam, quase sempre, justificados pela ameaça à honra e à moral. Os cangaceiros combatiam as arbitrariedades do Estado e dos coronéis inimigos. Muitas vezes, explica Albuquerque Júnior, o cangaço acabava por ser o destino de muitos pobres sertanejos, que ingressavam na ilegalidade para vingar as injustiças contra ele e sua família.

Já nos setores urbanos – principalmente fora da região, mas também dentro dela – o cangaceiro é seguido de adjetivos pejorativos que o aproximam do animalesco e a ele são atribuídos crimes bárbaros e gratuitos. Este tipo de interpretação ignora o contexto social da atividade cangaceira e a reduz a homicídios e covardias, a uma violência desmedida e desnecessária, típica da própria região e da sua população.

Esta acaba por ser uma das principais ideias estereotipadas que se tem do povo nordestino e que não se limita ao homem, mas que se estende também à mulher:

Além disso, o cangaço vai marcar o Nordeste e o nordestino com o estereotipo da “macheza”, da violência, da valentia, “do instinto animal”, do assassino em potencial. Motivo de orgulho e de vaidade para os setores tradicionais, notadamente para os camponeses da região, o elogio ao cangaço servira para estigmatizar o homem pobre e vindo do meio rural do

Nordeste, especialmente quando chega nas grandes cidades do Sul. Estereotipá-los como homens primitivos, bárbaros, alheios à civilização e à civilidade, que, embora fossem homens comuns, escondiam uma fera pronta a se revelar, “às vezes nem pareciam gente”. O Nordeste seria a terra do sangue, das arbitrariedades, região da morte gratuita, o reino da bala, do Parabelum e da faca peixeira. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 144)

Os movimentos messiânicos também são transformados em temas regionais nordestinos. Conforme expõe Albuquerque Júnior, a própria retirada do sertão sentido zona da mata ou Sul se assemelha ao êxodo judeu. Ou seja, o paradigma cristão está bastante impregnado neste regionalismo. Um dos motivos para mais um estereótipo, o da devoção religiosa e a fama de beata da população nordestina.

O misticismo e a visão sacralizada da natureza e da sociedade faziam parte deste mundo tradicional, onde a influência religiosa de todos os matizes, desde o catolicismo popular português, marcado pelo sebastianismo e pelo milenarismo, passando pelo animismo e pelo fetichismo negro e indígena, possuía uma lógica contrária ao materialismo e à racionalidade crescente da sociabilidade moderna que se instalava, notadamente, nos centros urbanos. O Nordeste é, pois, visto como o palco das crenças primitivas em oposição às crenças racionalizadas, às utopias político-sociais. Um espaço onde se busca a evasão da sociedade moderna, vista como sociedade pecaminosa. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 145)

Outro personagem fundamental para a instituição do Nordeste e para a formação da dizibilidade e visibilidade da região é o coronel. Ora retratado como patriarca protetor e justo, ora como figura decadente mantenedora de privilégios oligárquicos graças às benesses estatais, o coronel se mantém, ainda hoje, no imaginário popular brasileiro. Assim como o cangaço e o messianismo, o coronelismo trabalha como mais uma característica pejorativa do Nordeste ante as regiões mais desenvolvidas do país. O poder centralizado na mão deste patriarca aplica outra demão de preconceito e estereótipo sobre a terra e população nordestinas.

Segundo o livro de Durval Muniz, José Lins do Rego é um dos principais disseminadores do tradicionalismo nordestino. O autor, nascido em 1901 e filho de senhor de engenho, propõe a exaltação do campo em detrimento da modernidade urbana. Até na relação entre senhor e escravo José Lins do Rego enxerga uma relação mais saudável do que o tratamento entre patrão e empregado. O romancista, por pertencer à classe dominante, exalta a suposta proteção exercida pelos senhores sobre seus subalternos e sua família, ele conta histórias de sua infância e outras que foram a ele contadas.

Seus livros são rendas feitas em meadas de passado e linhas de sonhos de continuidade. Seu objetivo foi atingido em parte, pois sua obra participará da criação deste Nordeste filho da tradição, “afetivizado”; espaço sempre visto e dito a partir do sentimento de saudade; espaço “querido” mais do que “real”. Terra que, quando se está nela, quase não se sente a sua existência, até se quer sair dela o mais rápido possível, mas basta estar longe, basta ela ser saudade, para seu rosto se tornar nítido e a vontade de voltar tornar-se um sonho acalentado. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 149)

Esta valorização do que é rural e seu caráter popular também estão presentes na obra de Barbero. O autor colombiano ratifica, de certa forma, a opinião de José Lins do Rego sobre as diferenças entre campo e cidade:

Trata-se de um mito tão forte que falar em popular automaticamente evoca o rural, o camponês. E seus traços de identificação: o natural e o simples, o que seria o irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar artificial e do complexo. (MARTIN-BARBERO – 2003: 277)

Mas a valorização do tradicional não vai se dar apenas na produção literária de José Lins do Rego e outros autores. Outras manifestações culturais como a pintura, a música e, mais tarde, o cinema também vão agir no sentido de reforçar a ideia imagético-discursiva “reservada” para a região. Albuquerque Júnior destaca, notadamente, a pintura de Cícero Dias e de Lula Cardoso Ayres e a música de Luiz Gonzaga. Sobre as pinturas, o autor conclui:

A pintura de Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres participa, pois, da materialização de um Nordeste tradicional, patriarcal, folclórico, de um espaço harmônico, colorido, com saudade de um tempo de sinhas e ioiôs; de um espaço de sonho, de reminiscências; de um espaço atemporal. Nordeste das cores e formas primitivas, ingênuas, populares, onde a integração homem e natureza parece completa e a relação entre eles aproblemática. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 171)

Já em relação ao baião de Gonzaga, o autor reserva mais páginas e tece algumas críticas ao rei deste gênero musical.

Segundo Durval Muniz, Luiz Gonzaga fora beneficiado pela massificação do rádio e pelo grande número de migrantes nordestinos que chegavam ao Sudeste. A necessidade da construção de uma nação civilizada dialoga com os enredos das músicas de Gonzaga, centrados da fé, na hierarquia e no trabalho, além, claro, da saudade da terra natal e a narração do sofrimento e das mazelas da população local. Ainda conforme pensamentos do

autor, pela forte relação com as oligarquias nordestinas e por não ser compositor de todas as suas letras, a música de Gonzaga acaba tendo a postura crítica e engajada inibida.

O emprego do sotaque e das palavras fora da norma culta, da forma coloquial, ajuda a criar uma identidade regional, principalmente para o migrante radicado no Sul. Não obstante, contribui para a homogeneização do Nordeste, com o “baiano”, em São Paulo, e o “paraíba”, no Rio, falando da mesma maneira. Dessa forma, Gonzaga pôde alcançar o sucesso ao fazer músicas para as camadas populares. A própria indumentária usada pelo músico é uma estratégia de marketing para aproximá-lo do Nordeste tradicional.

Imagem 1 - Luiz Gonzaga⁷



⁷ Foto de Luiz Gonzaga. Disponível em <http://www.ebc.com.br/cultura/gonzaga100/galeria/audios/2012/12/romance-juvenil-inspirou-composicao-de-juazeiro>. Acesso em 22/06/2015

Um clássico do Rei do Baião, “Asa Branca” é a melhor ilustração do que fora falado sobre o estilo e a intenção da música de Gonzaga:

“Quando oiei a terra ardendo
Gual a fogueira de São João
Eu preguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu preguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de prantação
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão
Por farta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca
Bateu asas do sertão
Entonce eu disse, adeu Rosinha
Guarda contigo meu coração
Entonce eu disse, adeu Rosinha
Guarda contigo meu coração

Hoje longe, muitas légua
Numa triste solidão
Espero a chuva caí de novo
Pra mim vortar pro meu sertão
Espero a chuva caí de novo
Pra mim vortar pro meu sertão

Quando o verde dos teus oio
Se espaiar na prantação
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu vortarei, viu
Meu coração
Eu te asseguro não chore não, viu
Que eu vortarei, viu
Meu coração”⁸

Em contraponto aos artistas tradicionalistas que se mostram saudosos até em relação às relações escravistas, “A Invenção do Nordeste e Outras Artes” destaca intelectuais e autores que mostram poder de engajamento e crítica social. Segundo o livro, Jorge Amado, Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, sob influência do pensamento marxista, buscam desenvolver discursos revolucionários em seus textos. Trata-se de expor uma imagem do Nordeste que denunciasses a miséria de suas camadas populares e as injustiças sociais da região, alavancadas pela modernidade, que impulsionava a desigual distribuição

⁸ “Asa Branca”, Luiz Gonzaga. Disponível em <http://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/asa-branca.html>. Acesso em 22/06/2015

de renda. No entanto, esta produção literária vai ao encontro dos tradicionalistas no que tange a negação do presente e, mesmo que não seja a intenção, reforça as ideias de “população flagelada”, miserável e pobre, fortalecendo estereótipos.

O Nordeste é reafirmado como uma região original que, para ser retratada com realismo no romance, teria mesmo de mostrar a miséria crua, alastrada, mortífera, mostrar os aleijões políticos terríveis de um feudalismo cruel. O que fica patente é que o discurso desta produção de intelectuais de esquerda termina por reforçar uma imagem da região que é fundamental não só para sua produção, mas também para a reprodução do poder e da fortuna de uma classe dominante, que vive da miséria, de sua exploração e de sua indústria. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 236)

A obra de Jorge Amado apresenta certas características semelhantes à de Gilberto Freyre. Segundo Durval Muniz, o autor baiano, assim como o sociólogo pernambucano, ressalta as contradições do local, com destaque para o estado da Bahia, para torná-lo harmônico. No entanto, Jorge Amado se diferencia de Freyre ao atribuir a harmonia e conciliação ao caráter popular baiano, enquanto que Freyre destacara o patriarcalismo como responsável pela força identitária. A Bahia de Amado era ao mesmo tempo tradicional, saudosista e revolucionária. E também é comparada com o Sul para marcar as diferenças: “A Bahia seria harmonia, conciliação, tradição; enquanto São Paulo e Rio de Janeiro seriam cosmopolitismo, arrivismo, conflito, falta de raiz” (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 247). Muniz Sodré, por sua vez, ressalta que Jorge Amado se aproxima de Freyre devido sua ficção estar amarrada ao pensamento racista: “Assim, os personagens representam mais *tipos* – pitorescos, folclorizáveis – do que pessoas com uma profundidade ou uma singularidade históricas” (SODRÉ – 1999: 191). Roberto DaMatta se aproxima das ideias de Muniz Sodré quando analisa o primeiro livro de Jorge Amado, “País do Carnaval”, no qual ele percebe a presença do estereótipo do samba e do comportamento patriarcal no trecho: “Só me senti brasileiro duas vezes. Uma, no Carnaval, quando sambei na rua. Outra, quando surrei Julie, depois que ela me traiu” (AMADO apud DAMATTA – 1983: 69).

Graciliano Ramos, por sua vez, enxerga o Nordeste como sujeito urbano e não pode empregar o saudosismo tão repetido. Sua obra não idealiza o passado, mas desqualifica o presente decadente, incluindo os herdeiros das antigas elites. O escritor foca num período pós-escravidão, o qual para alguns senhores resultara em pobreza e que para o ex-escravo não fornecera qualquer amparo.

Ainda conforme exposto por Albuquerque Júnior, João Cabral de Melo Neto também produz textos-denúncia. Sua poesia satiriza a elite regional e traz à tona o “verdadeiro” Nordeste, o do sertão. Durval Muniz, contudo, alerta para a armadilha da generalização que João Cabral não consegue escapar e repete imagens cristalizadas do sertão. Assim como Graciliano Ramos, João Cabral de Melo Neto rompe com o olhar tradicionalista, mas não consegue evitar a consolidação imagético-discursiva da miséria e da seca.

Embora ressalte as fraturas de classe que atravessam esta sociedade nordestina, Cabral constrói um espaço submetido a uma operação de homogeneização, onde parece só haver miséria, exploração e fome. [...] E, ao mesmo tempo que questiona a imagem harmônica, lírica e nostálgica do Nordeste tradicionalista, repõe-no como espaço indiferenciado da miséria, da seca e do sertão. O Nordeste, homogeneidade saudosa do olhar senhorial, se transmuta na homogeneidade saudosa do olhar marxista. [...] Ele agencia em grande parte o mesmo feixe de imagens presentes no tradicional discurso da seca. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 291)

A produção cinematográfica em torno do Nordeste segue uma ordem semelhante à da produção literária. Ou, melhor, o cinema se inspira no discurso literário e, de certa forma, reproduz na tela o que fora escrito. As chanchadas, possivelmente influenciadas pelo tradicionalismo regionalista, exibem um nordestino caricato, próximo ao matuto ou caipira, o oposto do cidadão urbano. Este personagem representa o atraso, a falta de civilidade e a pobreza física e mental. Mas também, algumas vezes, é interpretado como o honesto, inocente e simples, em contraponto ao cidadão aproveitador e malandro. Esta estratégia discursiva dessa produção cinematográfica tem a ver com a construção da identidade nacional. Segundo Jesús Martin-Barbero: “ao permitir que o povo se veja, o cinema o nacionaliza” (MARTIN-BARBERO – 2003: 244), no entanto, neste caso, a população se identifica com a sua antítese, isto é, a população urbana enxerga o nordestino e pode, assim, reafirmar sua identidade cidadina.

Já a partir da década de 1950 surgem os primeiros filmes em que o Nordeste é o tema principal, conta Durval Muniz. Em “O Canto do Mar”, de Alberto Cavalcante, há uma série de clichês e imagens estereotipadas: caveiras de boi, chão rachado, céu azul e cactos. Estas produções, contudo, ainda não possuem um caráter crítico, a seca e a miséria não seriam tratadas como problemas, mas apenas como pano de fundo da narrativa.

É o Cinema Novo que vai dialogar com os modernistas e com a esquerda marxista, superando a visão naturalista. Albuquerque Júnior explicita o papel desta produção

cinematográfica e a estratégia traçada em meio ao cenário político-social em que se encontrava:

Em um momento em que a cultura é vista como um dos meios privilegiados de transformação da realidade, [...] o Cinema Novo se assumirá como um discurso político com uma estratégia social definida. Um cinema feito por intelectuais de classe média que teriam adotado a perspectiva de classe do operariado, que se colocavam ao lado das forças “progressistas” contra as “reacionárias”, que buscavam resgatar o potencial de rebeldia da cultura popular. Paternalisticamente, propõem-se a fazer cultura para e pelo povo, constituir uma vanguarda na luta contra o latifúndio e o imperialismo, identificados como os principais obstáculos a um desenvolvimento autônomo do país. As forças da reação seriam encarnadas, sobretudo, pelas oligarquias, pelos “coronéis” nordestinos. Eles seriam a face mais exposta de nosso subdesenvolvimento, do nosso sistema social mais primitivo, que deveriam, pois, ser mostradas em sua verdade para o restante do país. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 305)

Na conclusão de seu livro, Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama atenção para as armadilhas do discurso da formação de identidade. Segundo o autor, ele trabalha a favor de uma dada dominação, funciona no sentido da manutenção da estrutura de poder vigente. Desta forma, o Nordeste é uma cristalização de estereótipos exaustivamente repetidos pelas artes, pela imprensa, pela população local e por habitantes de outras regiões. A construção dos preconceitos sobre a região e sua população foi reproduzida, também, internamente. A redução da historicidade e a naturalização da história são os grandes vilões do caso nordestino, já que se ignoram a ação e a intenção dos homens, sobretudo os detentores do poder.

No entanto, não são apenas as classes dominantes as culpadas pela consolidação da “verdade regional” sobre o Nordeste:

As ideias, as imagens, os enunciados associados ao Nordeste, que o inventaram, são um componente decisivo dessa “falta de capacidade modernizadora”. Existe uma verdadeira falta de legitimidade social do valor da inovação, das novidades, uma falta de aspiração à mudança, um acentuado apego ao tradicional, ao antigo, fazendo com que a modernização atue no Nordeste no sentido de mudar o menos possível as relações sociais, de poder e de cultura. A modernização nordestina seria uma “modernização sem mudanças”, bloqueando a necessidade e a legitimidade da independência do indivíduo, levando a aceitação da hierarquia e da proteção pessoal como meios de se proteger do caráter das mudanças, dificultando a emergência de qualquer cidadania. Esta falta de legitimidade social do novo faz do Nordeste esta poderosa maquinaria de dissolução da novidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011: 349)

3. A MÍDIA NA CONSOLIDAÇÃO E REFORÇO DOS CONCEITOS

Tentou-se no capítulo anterior buscar as explicações históricas, sociais, econômicas e até artísticas para a estrutura das relações de poder e das relações sociais – estas às vezes podem significar a mesma coisa – disposta na sociedade brasileira atualmente. Se o objetivo foi atingido, a este ponto, após uma breve contextualização, é esperado que se entenda o papel da história na construção do presente e que se evite a armadilha da naturalização, a qual alertou Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Após alcançar algum esclarecimento no passado, analisar-se-á, daqui em diante, a repetição e o reforço deste passado, dos estereótipos e preconceitos construídos nele, nos dias de hoje. Se antes a mídia fora fundamental na consolidação de muitas das ideias atuais, o raio de alcance da sua influência só aumentou de lá para cá. Portanto, seja qual for a intenção dos meios de comunicação e das artes – reforço ou desconstrução dos estereótipos –, seu discurso vai atingir muitas pessoas.

Uma das palavras-chave para o estudo do papel da mídia na representação de minorias é verossimilhança. Não se quer aqui absolver as emissoras de televisão, por exemplo, mas há a preocupação em ressaltar que o problema é estrutural e não pontual de dado veículo. É preciso responder a uma questão que se assemelha a clássica dúvida: “o que veio primeiro, o ovo ou a galinha?”, que ficaria algo próximo de: “os meios de comunicação reproduzem preconceitos e estereótipos por que estes já estão consolidados e, portanto, são como uma ‘verdade’ ou eles ganham cada vez mais força e se consolidam por serem repetidos pela mídia?”. Durval Muniz dá sua contribuição para o debate acerca da busca por verossimilhança em “A Invenção do Nordeste e Outras Artes”:

A visibilidade e a dizibilidade [...] de qualquer espaço são compostas também de produtos da imaginação, a que se atribuem realidade. Compõem-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade, tomam consistência, criam “raízes”. São fatos, personagens, imagens, textos, que se tornam arquetípicos, mitológicos, que parecem boiar para além ou aquém da história, que, no entanto, possuem uma positividade, ao se encarnarem em práticas, em instituições, em subjetividades sociais. São imagens, enunciados, temas e “preconceitos” necessariamente agenciados pelo autor, pelo pintor, pelo músico ou pelo cineasta que querem tornar verossímil sua narrativa ou obra de arte. São regularidades discursivas que se cristalizam como características expressivas, típicas, essenciais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2011, 217)

Apesar da ponderação do historiador paraibano, a publicidade, a imprensa e o entretenimento nem sempre apresentam a positividade dos estereótipos de que fala o autor. Muitas noções caricaturadas são constantemente difundidas e pequena é a preocupação com o impacto – que na verdade trabalha no sentido de manutenção – destas ideias e ideais no imaginário social. É possível observar o pouco espaço reservado para este tipo de debate na TV aberta, por exemplo.

Nos subcapítulos posteriores, o racismo, o racialismo e o preconceito contra o Nordeste e sua população, impregnados estruturalmente no discurso midiático, serão exemplificados e analisados.

3.1 Representação dos negros

Um pouco da história da inserção do elemento negro no Brasil, seu papel na construção da sociedade brasileira e as consequências da escravidão e do fim dela para a população negra foi brevemente contextualizada em capítulo anterior. O foco agora é a maneira como esta população é representada na mídia e como ela está idealizada na mente da sociedade em geral e dos próprios negros, inclusive. Antes de condenar e apontar os “culpados” e taxá-los de racistas, é necessário ter uma visão macro da situação e enxergar todo um passado de opressão e de naturalização dos preconceitos.

Por isso todo um capítulo destinado à História. A colonização exercida pelo europeu no Brasil, a utilização da mão de obra escrava negra, a religião e as relações de poder criadas e impostas são fundamentais na formação da cultura brasileira. E é justamente este conceito, o de cultura, que geralmente trabalha a favor do domínio, da construção de preconceitos e da manutenção do poder, conforme explica Muniz Sodré:

Cultura é uma dessas palavras metafóricas (como por exemplo, liberdade) que deslizam de um contexto para outro, com significações diversas. É justamente esse “passe livre” conceitual que universaliza discursivamente o termo, fazendo de sua significação social a classe de todos os significados. A partir dessa operação, cultura passa a demarcar fronteiras, estabelecer categorias de pensamento, justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção. É preciso não esquecer, assim, que os instáveis significados de cultura atuam concretamente como instrumentos das modernas relações de poder imbricadas na ordem tecno-econômica e nos regimes políticos, e de tal maneira que o domínio dito “cultural” pode ser hoje sociologicamente avaliado como o mais dinâmico da civilização ocidental. (SODRÉ – 1988: 8)

Emprende-se do trecho que “raça” é uma invenção cultural e que serve, principalmente, para demarcar as fronteiras e hierarquias sociais. Ainda segundo Muniz Sodré, mas agora em “Claros e Escuros”, o conceito “raça” não pode ser empregado como noção biologicamente marcada, mas somente no campo cultural. É como a mestiçagem pode ser interpretada no Brasil. Isto é, numa sociedade construída por brancos no poder, as “outras raças” – negros, mulatos, morenos – ocupam posições subalternas e sofrem diversas injustiças. É por causa do racismo “cultural-universalista”, o qual prega que as “raças” evoluem e tornam-se superiores a razão direta do processo civilizatório – que dialoga com discursos reacionários e preconceituosos, além de ignorar todo um contexto histórico de desigualdades –, que Sodré destaca o processo de “desnegrificação”, no qual o negro tenta parecer cada vez mais próximo da cor de pele hegemônica, a branca:

Há toda uma história de “superioridade” entre peles mais claras e peles mais escuras. É como se a “humanidade” se medisse na razão inversa do escurecimento epidérmico. Daí, as técnicas de “desnegrificação” (cremes para a pele e cabelos, lentes de contato, cirurgia plástica, etc.), que concorrem para aumentar a distância entre o indivíduo e a negritude absoluta. (SODRÉ – 1999: 198)

Essa espécie de hierarquia entre negros e mulatos pode ter sua gênese no século XIX, quando a comunidade negra teve sua unidade enfraquecida, conforme narra Sodré em “A Verdade Seduzida”:

Não está agora em primeiro plano a diferença das etnias, mas a contradição entre as diferentes posições de classe e de cultura assumidas pelos negros no Brasil. Trata-se da oposição entre *boçais* e os *ladinos/crioulos*. *Boçal* era o nome que se dava ao africano não integrado na vida brasileira (reconhecido por fatores de língua, hábitos, etc.). O termo, que se tornaria pejorativo no idioma brasileiro, aplicava-se ao escravo recém-chegado ou àquele que recusava a integração, tanto pregando retorno à África como simplesmente rejeitando a submissão à ideologia vigente. *Ladino* era o africano integrado. *Crioulo* era tanto o negro quanto o mulato, livre ou escravo, nascido no Brasil. A preferência dos senhores ou dos administradores recaía sobre os crioulos, objeto mais fácil das cooptações: batismos, trabalhos mais brandos, promessas de alforrias, vislumbres de ascensão social, etc. (SODRÉ – 1988: 125)

Sodré ratifica a predominância de uma identidade social em detrimento de uma racial em “Reinventado a Educação”:

Por exemplo, na tentativa de determinação de quem é ou o que é o negro na sociedade brasileira (em face da evidência histórica da sua cidadania de

segunda classe), percebe-se que, acabada a velha argumentação biológica para a especificidade de um genótipo branco, o negro é um lugar móvel: pode ser ocupado por uma enorme variação da cor da pele, a depender do jogo das relações sociais ou dos posicionamentos político-ideológicos. Não existe, portanto, nenhuma identidade racial negra, e sim uma categoria social de confusa identificação fenotípica (com exceção dos casos de peles inequivocamente escuras), embora com claras identificações culturais, em amplas parcelas da população direta ou indiretamente relacionadas com afrodescendentes, no tocante a tradições lúdicas e religiosas (os cultos afro-brasileiros) que se configuram como uma marcante diversidade simbólica. (SODRÉ – 2012: 130)

Mas é em “Claros e Escuros” que Muniz cita a obsessão contemporânea com o cabelo e conclui que “o atual discurso midiático sobre o negro é mais *estético* do que político, doutrinário ou ético” (SODRÉ – 1999: 254). Segundo o autor, os modelos de reconstrução mítica da identidade são, hoje, atores, cantores, artistas e jogadores de futebol, em detrimento de ideólogos do passado, como José do Patrocínio, Luiz Gama e André Rebouças.

A questão do cabelo é sobreposta à questão da cor da pele pela antropóloga Angela Gillian: “É um equívoco colocar a cor como traço principal da raça. A cor da pele não importa tanto quanto o tipo de cabelo, pois o cabelo liso-ondulado e comprido sempre codifica a mulher ‘escura’ como ‘mulata’” (GILLIAN apud SODRÉ – 1999: 254).

A valorização da questão do cabelo proposta por Gillian tem fundamento quando se toma exemplos tirados da TV aberta. Recentemente, em um programa do Teleton, no SBT, o apresentador Silvio Santos, enquanto entrevistava atores mirins, retrucou uma das meninas ao ela afirmar que gostaria de continuar sendo atriz quando crescesse: “Com esse cabelo?!” – questionou o dono da emissora se referindo ao cabelo denso e crespo da atriz⁹. O caso rendeu muitos posts nas redes sociais e a conduta de Silvio Santos foi condenada. Contudo, se avaliado o contexto, percebe-se que o racismo está tão enraizado, que um apresentador experiente e dono de emissora não pensa duas vezes antes de criticar e ironizar o cabelo de uma criança negra – mesmo que Silvio Santos seja conhecido por “atitudes sem-noção”, principalmente nos tempos mais recentes, enquanto se aproxima dos 90 anos. Ou seja, a atitude de Silvio é uma herança de anos de sistema escravista e de um condicionamento estrutural.

⁹ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CAOGKzbf6Ls>. Acesso em 24/06/2015

Resgatando o trecho de Sodré sobre a reconstrução mítica da identidade, um dos estereótipos mais difundidos e, no entanto, invisível devido sua cristalização e naturalização, é o do negro bem sucedido no esporte, na dança e nas artes.

É, assim, enquanto “reagente químico” para a mestiçagem, que o sujeito negro, indivíduo ou grupo, pode ser valorizado. Por isso, foi tão facilmente recalcada na esfera pública a presença do negro nos espaços da criação artística no passado (séculos dezoito, dezenove e começo do século vinte), mas também facilmente exaltada, no período nacionalista da Nova República, a sua inventividade na canção e no futebol, atividades populares, então tidas como aquém da produção de elevado sentido simbólico. (SODRÉ – 1999: 192)

Isto é, o “tempero” negro – a elasticidade, sensualidade e malemolência –, exaltado por Freyre e Jorge Amado, segue até hoje como uma das características sobre a “raça”. E, por causa do sucesso no esporte, que jogadores de futebol negros e mulatos, como Pelé, Garrincha e outros da atualidade, como Robinho, puderam e podem viver o que Muniz Sodré chama de mito da democracia racial.

Durante o jogo entre França e Suíça, válido pela fase de grupos da Copa do Mundo de 2014, o narrador da TV Globo, Luis Roberto de Múcio soltou a seguinte frase: “É a campeã de 98, a vice-campeã mundial de 2006 com uma nova geração. Esses negros maravilhosos que saem tabelando, tocando...”¹⁰. O comentário rendeu muitas piadas e ironias sobre a orientação sexual do narrador e sua suposta preferência por homens negros, o que já configura o estereótipo da sexualização do negro. Contudo, o foco central está na intenção de Luis Roberto de exaltar o bom futebol apresentado pelos jogadores negros da França. Não se quer, aqui, condenar nem rotular o narrador de racista. A intenção dele, inclusive, parece ser positiva, de modo a tentar enaltecer a população negra esportivamente. No entanto, fica clara a estereotipação do negro como sendo bem sucedido no futebol, como tendo uma facilidade fora do comum para o esporte mais popular do mundo.

Em “Reinventando a Educação”, Muniz Sodré fala da opção do negro pelas manifestações artísticas ou pelo esporte como uma maneira de se obter o reconhecimento cultural, uma vez que a marginalização econômica e a estrutura social impediam seu ingresso no sistema educacional e mantinham as desigualdades. Sodré conta, contudo, que a quebra desse paradigma não fora alcançada rapidamente:

¹⁰ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=T8idbae7RAk>. Acesso em 24/06/2015

De fato, embora donos de um ofício e de maior visibilidade urbana, não conseguiam elevar-se socialmente, a exemplo dos agricultores e comerciantes. Posteriormente, ao longo do século XX, o ingresso do negro na vida artística brasileira buscava sempre atividades que não tivessem como pressuposto uma organização institucional rígida, como eram os casos da música e dos esportes. (SODRÉ – 2012: 126)

Roberto DaMatta vai ao encontro das ideias de Muniz em “Carnavais, Malandros e Heróis”. O antropólogo analisa a inversão da pirâmide do poder no carnaval e principalmente em relação ao samba. Nesse momento, o negro dispõe da mesma sensação de paridade, equivalência, o tal do mito da democracia racial do qual fala Sodré:

As escolas de samba têm assim um duplo padrão: de um lado, são clubes abertos e inclusivos, de outros são associações dramáticas exclusivas, com uma alta consciência de bairro, grupo e cor. Os membros das escolas sabem que são pretos e pobres (a maioria é parte do enorme mercado de trabalho marginal do Rio de Janeiro), mas estão altamente conscientes do fato de que nos seus ensaios e durante o Carnaval, são eles os “doutores”, os “professores”. Com essa possibilidade, podem inverter sua posição na estrutura social, compensando sua inferioridade social e econômica, com uma visível e indiscutível superioridade carnavalesca. Essa superioridade manifesta-se no modo “instintivo” de dançar o samba que o senso comum brasileiro considera um privilégio inato da “raça negra” enquanto categoria social. (DAMATTA – 1983: 128)

DaMatta alerta, contudo, que a inversão não rompe com a hierarquia e com a estrutura das relações sociais e econômicas, ela é apenas passageira, uma espécie de experiência controlada. O antropólogo cita ainda, além do carnaval, a umbanda e o futebol como meios para que os pobres e negros assumam a posição dominante. Na umbanda, as mulheres pobres podem incorporar espíritos de pretos-velhos, pombas-giras, erês e caboclos e dar consultas e conselhos a seus patrões e aos mais ricos. DaMatta também usa o exemplo da empregada doméstica que desperta a inveja da patroa pela alegria e pelo riso ao apresentar o seu jeito de sambar.

Roberto DaMatta, ainda em “Carnavais, Malandros e Heróis”, quando fala da diferença entre indivíduo e pessoa e do famoso “Você sabe com quem está falando?”, permite que sua sociologia seja aplicada na análise da representação do negro pela mídia e de sua própria condição nas relações sociais. Antes, porém, é interessante uma breve explicação dos conceitos *indivíduo* e *pessoa* e como funciona o “Você sabe com quem está falando?” para definir cada um.

Indivíduo pode ser entendido como o cidadão comum, sujeito a todas as regras e leis, sejam estas convencionadas ou propriamente codificadas. Não há distinção entre os indivíduos. Quando há algum privilégio ou diferenciação, o termo correto é pessoa. Isto é, a pessoa goza de especificidades, de tratamento e condição distintos do mero indivíduo. O “Você sabe com quem está falando?” marca essa transmutação de indivíduo em pessoa, que se mostra como “alguém” (uma autoridade, por exemplo), geralmente numa situação conflituosa.

Portanto, a partir das ideias de DaMatta e de toda contextualização histórica, apreende-se que o negro no Brasil, apesar de quase sempre ser indivíduo em discussões que dispõem do “Você sabe com quem está falando?”, isto é, ocupar posição de inferioridade na escala social e econômica e até em relação ao capital social, é quase impossível ignorar sua pessoalização. Ou seja, todos os preconceitos e estereótipos sobre a população negra pessoalizam seus indivíduos, tornam os negros “potenciais criminosos”, “grandes sambistas”, “jogadores de futebol” etc. Um passado de quatro séculos de escravidão e o discurso midiático mantenedor das relações de poder e das escalas sociais contribuem para essa pessoalização, que tem como base os estereótipos e preconceitos.

3.2 Representação dos nordestinos

Assim como aplicada para o caso negro, a sociologia de Roberto DaMatta pode explicar a situação do nordestino, principalmente do retirante radicado no Sul do país, vítima da constantes preconceitos em forma de piadas, indiferenças e xingamentos. A dicotomia indivíduo/pessoa ajuda a entender o que acontece com a grande massa que, sem mediadores e apadrinhamentos, chega a uma região diferente. A esta massa generalizada, isto é, individualizada, estão reservadas as leis não só do Governo, mas as leis da economia e das relações sociais.

Essa é a mais profunda experiência de exploração em sociedades semitradicionais, como é o caso da sociedade brasileira: a de ser um indivíduo numa sociedade que tem seu esqueleto numa hierarquia, a de ser tratado como um número ou um dado global de uma massa, num mundo altamente pessoalizado, onde todos são “gente” e vistos com o “devido respeito” e a “devida consideração”. É aqui, na fila de tudo e submetido a todas as regras universalizantes do nosso sistema, que se descobre o modo pelo qual a exploração se dá entre nós. Criamos até uma expressão grosseira para esse tipo de gente que *tem* que seguir imperativamente todas as leis: são “os *fodidos*” do nosso sistema. São os nossos indivíduos integrais, e é para eles que dirigimos os nossos “Você sabe com quem está falando?” (DAMATTA – 1983: 187)

É neste sistema de pessoas, no qual cada um sabe seu lugar e as hierarquias são respeitadas, que a condição do nordestino, sobretudo do radicado no Sul, se aproxima à do negro. Ao mesmo tempo em que o nordestino é indivíduo perante a sociedade – está sujeito às leis e não tem proteção ou apadrinhamento –, sobre ele há quase sempre uma visão pessoalizante – preconceituosa e pejorativa. Os diversos estereótipos naturalizados sobre a população nordestina marcam as relações sociais e a rebaixa para uma posição inferior na hierarquia social.

Esta condição do nordestino, como já observado em capítulo anterior, se deve à invenção imagético-discursiva deste espaço, através da repetição e instituição da verdade sobre a região pelas artes, pela imprensa, pela academia e, principalmente, pelas classes dominantes, no sentido de manutenção do poder. Durval Muniz explica em “Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar” que essa estratégia de manutenção da estrutura vigente vem desde o processo de Independência, já que o Imperador era membro da família real portuguesa.

O fato de termos sido a única monarquia em toda a América, o fato de termos sido o único país americano onde as elites puderam assumir ares e títulos de nobreza e se pensar como uma aristocracia, com a consequência de que as camadas populares serão vistas como plebe, sem nobreza e sem sangue real, marcará definitivamente a forma como nós brasileiros nos vemos, como vemos os nossos vizinhos e como estes nos veem. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2012: 42)

Pode-se afirmar que aí está a gênese do “Você sabe com quem está falando?” proposto por DaMatta. A aristocracia e as oligarquias nordestinas – esta formando um sistema quase feudal – são responsáveis pela consolidação do sistema indivíduo/pessoa, restando à massa mais pobre, às camadas populares, a individualização num sistema amplamente pessoalizado.

E como as elites eram brancas e aristocráticas, os historiadores da época da Independência puderam vender a ideia de que essa característica seria uma vantagem para a construção de um Estado nacional forte. Já que nos vizinhos sul-americanos, de elites mestiças e crioulas, os processos de Independência “formaram diversos países pequenos e frágeis devido ao radicalismo crioulo”.

É possível perceber que a hierarquia social e muitos dos estereótipos sobre os nordestinos são frutos da época colonial. A aversão ao trabalho braçal, por exemplo, criada

por causa da sociedade escravista, é responsável pelo preconceito, sobretudo, contra os homens nordestinos que vieram para o Sudeste exercer funções de pedreiro, garçom, porteiro. Ao Nordeste é atribuído também o analfabetismo, a ignorância, o não domínio dos códigos da civilidade, o beatismo e a violência, características que, na cabeça dos preconceituosos, justificam a posição subalterna desta população marginalizada.

A violência atrelada ao nordestino tem origem no cangaço, como já analisado em capítulo anterior. Já o beatismo representa o contrário do estado laico e dessacralizado, representando uma forma de atraso e de apego às tradições.

É esta visão caricaturada da população nordestina que será representada na mídia. É possível exemplificar com o caso das propagandas do Cimento Votoran, veiculadas em emissoras de TV aberta. As peças exibiam cenas de obras e construções, nas quais havia um diálogo entre patrão e pedreiro¹¹. O pedreiro, interpretado possivelmente por um ator nordestino, na cena fictícia, apresenta características estereotipadas dos nordestinos: formato do rosto, o sotaque, a forma de falar e até o nome é caricato: “Rodinei”.

Este tipo de “piada” reforça a opinião de preconceituosos e reduz a região. Assim como em novelas, há uma interpretação reducionista do Nordeste, como se houvesse um sotaque único e uma cultura homogênea, são dissolvidas as diferenças e particularidades internas.

Segundo Jesús Martin-Barbero, esta homogeneização é realizada, com efeito, pela televisão. Ela impõe o apagamento dos regionalismos e instaura uma cultura e um modo de falar hegemônicos:

E no centro da nova dinâmica cultural, no papel de grande interlocutor, estará a televisão. Descaradamente norte-americana e erigida em critério de uma única modernização para todo o país, a televisão decide sobre o que é atual e o que é anacrônico, tanto no campo dos utensílios quanto no das falas. O rádio nacionalizou o idioma, mas preservou alguns ritmos, sotaques, tons. A televisão unifica para todo o país uma fala na qual, exceto para efeitos de folclorização, a tendência é para a erradicação das entonações regionais. (MARTIN-BARBERO – 2003: 280)

Segundo Albuquerque Júnior, a identidade nordestina é associada ao meio em que vivia. Isto é, o nordestino refletia a natureza hostil a que estava submetido. Este mesmo

¹¹ Vídeos disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=ZRu1mZNcDb0> e <https://www.youtube.com/watch?v=VzSOVit4ti4>. Acesso em 25/06/2015

personagem sofre preconceito por causa da concorrência da mão de obra e formação da classe operária, conforme conta Durval Muniz:

Temos que chamar a atenção para um fator decisivo para entendermos a forma preconceituosa como o nordestino é tratado em todo o país, mas principalmente nas grandes cidades do Sudeste, foi a concorrência pelo mercado de trabalho entre a população migrante nordestina, as populações locais e as populações de imigrantes estrangeiros. A formação da classe operária no Brasil, notadamente, a partir dos anos 1930, teve a contribuição decisiva dos migrantes nordestinos, como fica patente se olharmos para as principais lideranças do movimento operário no brasileiro, a partir da abertura política do final dos anos 1970, quase todas de origem nordestina, inclusive a maior delas, que hoje é Presidente da República, vítima constante de preconceitos, não só de classe, mas de origem geográfica. Esta constituição da classe operária gerou inúmeras tensões e conflitos que se expressaram também através da estereotipia dos grupos concorrentes, como é o caso dos portugueses no Rio de Janeiro, dos japoneses em São Paulo e dos nordestinos nas duas cidades. Em São Paulo, o nordestino teve que enfrentar, inclusive, preconceitos de fundo racial, já que muitos imigrantes estrangeiros, assimilando o próprio discurso das elites paulistas, vão se considerar superiores por pretensamente serem brancos, enquanto os nordestinos seriam negros ou mestiços. (ALBUQUERQUE JÚNIOR – 2012: 117)

O Presidente Lula, citado por Albuquerque Júnior, até hoje é alvo de preconceitos e de piadas quanto ao seu gosto por bebida, sobretudo a cachaça, e por seu suposto analfabetismo, uma hipérbole para a acusação de incompetência feita pelos antipáticos a seu governo e partido. Essa “falta de qualificação” do nordestino é um dos estereótipos mais fortes que existem sobre a população desta região.

Outra imagem cristalizada constantemente repetida nos meios de comunicação é, como já visto, o Nordeste como espaço da saudade e do tradicional. Este retorno da região para um estado pré-industrial, artesanal é uma das formas de manutenção do poder por parte das elites oligárquicas. Até mesmo a feira de São Cristóvão, no Rio, e o largo 13 de Maio, em São Paulo, representam o Nordeste através, principalmente, do artesanato.

A noção de atraso que ronda os discursos sobre o Nordeste, explica Durval Muniz, fora intensificada pelo governo JK e pela ditadura militar. O avanço tecnológico dos meios de comunicação, dos transportes e dos meios de produção, além de tornar a sociedade brasileira mais complexa, aumentou o abismo das desigualdades e injustiças sociais.

Os preconceitos e estereótipos em relação ao Nordeste e ao nordestino reproduzidos pela mídia foram construídos, em sua maioria, no século passado, quando toda uma produção imagético-discursiva foi orientada no sentido de manutenção do *status quo*. A

conclusão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sintetiza bem a lapidação da imagem do nordestino até o que se tem hoje:

Podemos, portanto, concluir que o preconceito quanto à origem geográfica em relação ao nordestino está associado não só à forma como a região e o seu habitante foram descritos, pensados, definidos pelas próprias elites nordestinas, desde o começo do século XX, mas também está associado a outros preconceitos, como o preconceito de classe, aquele dirigido contra as pessoas pobres, que se ocupam com as atividades mais desqualificadas no mercado de trabalho e o preconceito racial, já que a maior parte da população da região é mestiça ou negra. O Nordeste também será vítima do preconceito dirigido aos menos letrados e analfabetos, já que uma boa parcela dos migrantes nordestinos dos anos de 1930, 40 e 50, possuía baixa taxa de escolaridade. Temos que entender que o preconceito nasce das tensões sociais, geradas pelos mais diversos fatores, e deve ser visto também como uma arma nas lutas que opõem grupos sociais e de origem geográfica diversos. O preconceito é uma maneira de desqualificar o oponente, de tentar vencê-lo através do rebaixamento social, da estigmatização. (ALBUQUERQU JÚNIOR – 2012: 127)

4. CONCLUSÃO

Os estereótipos e preconceitos sobre negros e nordestinos são fruto de anos de injustiças e de estratégias bem amarradas de manutenção das desigualdades socioeconômicas.

Em relação aos negros, destaca-se o que fora dito por Sodré, Albuquerque Júnior e DaMatta sobre a abolição da escravidão. Feita para educar as elites e para elevar a imagem do Brasil perante a comunidade internacional, a abolição deixou toda uma população negra desamparada e marginalizada na miséria. Se ainda hoje os negros sofrem os preconceitos construídos desde a época colonial, à época do fim da escravidão eles não teriam qualquer chance de ingresso no sistema educacional ou qualquer chance de representação política. Esta é uma das maneiras de manutenção do poder e manutenção da hierarquia social que Muniz Sodré explicita em “Reinventando a Educação”.

Da mesma forma, a invenção de um Nordeste calcado na tradição, no apego ao passado e na saudade é uma estratégia imagético-discursiva de manutenção do poder e das relações sociais. Como amplamente explicitado por Durval Muniz de Albuquerque, a consolidação do Nordeste como um espaço das mazelas naturais e de uma população flagelada apenas beneficiou e beneficia uma elite oligárquica interessada em manter suas vantagens e os subsídios governamentais que dificilmente são aplicados corretamente para o fim real dos problemas. Configura-se, assim, a indústria da seca.

Como observado, os estereótipos possuem raízes tão profundas que são reproduzidos na mídia naturalmente, como se neste tipo de discurso não houvesse qualquer preconceito. Esta naturalização, além de ratificar uma tradição de injustiças e desigualdades, amplifica esta tradição e a perpetua por mais gerações. Os casos usados como exemplo anteriormente são oriundos da televisão, contudo, os estereótipos são repetidos em todos os meios de comunicação, inclusive no mais “primitivo” – a conversa entre pessoas – e na exposição de opiniões nas redes sociais.

O mínimo que se espera da sociedade e da mídia, apesar de não ser suficiente, é o reconhecimento de toda uma historicidade por trás do contexto socioeconômico atual e da situação marginalizada das populações negra e nordestina. Mais do que o mero reconhecimento, é preciso agir no sentido da desconstrução dos estereótipos e preconceitos que cercam estas comunidades.

O tema desta pesquisa poderia ser estendido para uma análise da legitimação do sistema de cotas ou uma análise estatística, precedida de uma contextualização histórica, sobre a “cor da periferia”. Há a possibilidade, ainda, de se levantar as propostas de projeto de lei que objetivem o combate às secas no Nordeste, podendo-se chegar a uma análise da estratégia discursiva utilizada pelos parlamentares. Fora do meio acadêmico, estas pesquisas poderiam ser sugeridas como pautas para grandes reportagens em jornais ou revistas.

Ou seja, os meios de comunicação poderiam funcionar de maneira menos corporativista e denunciar como o discurso midiático influencia na consolidação de imagens estereotipadas e caricaturadas repetidas há muito tempo. Somente com a contribuição verdadeira da mídia será possível uma mudança, ainda que em longo prazo, na mentalidade da sociedade brasileira.

5. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2012.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio – a imorredoura cor de bronze*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

COSTA, Emilia Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1986.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, 1906.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>. Acesso em 23/05/2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2011.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTINS, Zilda. Dissertação de Mestrado. *Ações Afirmativas e cotas na mídia: A construção de fronteiras simbólicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é Racismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

SODRÉ, Muniz. *A Verdade Seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.